

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

KÁTIA REGINA POLLI

**O ESPAÇO NA IDADE MÉDIA
UM ESTUDO HISTÓRICO HISTORIOGRÁFICO (1973-2008)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em História na área de História Cultural, linha de pesquisa: Narrativas e Representações.

Orientadora: Prof^a Dra. Néri de Barros Almeida.

CAMPINAS
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

P764e	Polli, Kátia Regina O espaço na Idade Média: um estudo histórico historiográfico / Kátia Regina Polli. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.
-------	--

Orientador: Néri de Barros Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Espaço. 2. Historiografia. 3. Idade Média. 4. Igreja.
I. Almeida, Néri de Barros. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: The space in Middle Age: a historical study of historiography

Palavras chaves em inglês (keywords) : Space
Historiography
Middle Age
Church

Área de Concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Néri de Barros Almeida, Aline Vieira de Carvalho,
Rossana Alves Baptista Pinheiro

Data da defesa: 30-03-2011

Programa de Pós-Graduação: História

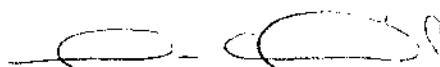
KÁTIA REGINA POLLI

*O espaço na Idade Média: um estudo histórico historiográfico
(1973-2008)*

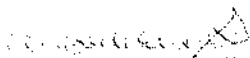
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação da Profª. Dra. Néri de
Barros Almeida.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
30/03/2011.

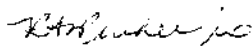
BANCA



Profª. Dra Néri de Barros Almeida - DH/IFCH/UNICAMP (orientadora)



Profª. Dra. Aline Vieira de Carvalho - DH/IFCH/UNICAMP



Profª. Dra. Rossana Alves Baptista Pinheiro - UNIFESP

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto - DH/IFCH/UNICAMP (suplente)

Profª. Dra. Márcia Maria de Medeiros - UEMS (suplente)

201148464

Dedico este trabalho à minha filha Iohana
Polli do Prado

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Desde já, peço desculpas a todos aqueles que não forem mencionados.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento de parte deste estudo.

Por me conduzir nesta jornada, agradeço imensamente a minha orientadora, a professora Néri de Barros Almeida, por ter confiado em meu potencial, pela amizade e a atenção dedicada. Fico honrada em ser sua orientanda. Muito obrigado!

Ao professor Dominique Iogna-Prat, por ter me recebido em reunião para breve orientação sobre o tema da pesquisa quando de sua visita à UNICAMP. Às professoras Aline Vieira de Carvalho e Rossana Alves Baptista Pinheiro, agradeço pelas contribuições feitas na ocasião da qualificação que ajudaram muito no enriquecimento deste trabalho. À professora Márcia Maria de Medeiros, pela amizade, apoio e incentivo em todos os momentos, desde a graduação. E a todos os professores dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Agradeço aos amigos e familiares que estiveram próximos de mim durante a execução deste trabalho. Aos velhos amigos que não nomearei, pois são muitos e, às novas amizades que fiz durante as aulas de graduação e pós-graduação. Agradeço aos colegas de trabalho, em especial ao César que tanto me incentivou quando do período de seleção; ao Reginaldo que me aceitou em sua equipe, possibilitando minha vinda para Campinas mesmo sabendo das minhas ausências para cumprimento dos créditos e por ter liberado minha licença. À Josy e Márcio, pela paciência e dedicação durante minhas ausências no trabalho.

Acima de tudo, agradeço imensamente o apoio e dedicação de meus pais que amo muito, Maria e Valdir, que graças à dedicação de toda uma vida me proporcionaram estar hoje aqui. Em especial, à minha mãe por apoiar minhas escolhas e decisões e por estar ao meu lado em

todos os momentos difíceis que passei nestes anos de estudo. À minha irmã Adriana que mesmo distante sempre esteve ao meu lado e pronta a me socorrer quando mais precisei. Ao meu irmão Valdir Filho e minha cunhada Anicéia. Tenho muito orgulho de todos vocês, e toda a gratidão do mundo. A minha prima Tatiana, que tantas vezes me recebeu em sua casa em São Paulo quando necessitava ir a USP.

Por fim, Iohana, minha filha amada, amiga e companheirinha de todos os momentos. Que frequentou várias vezes ao meu lado as aulas, cursos e palestra durante a pós-graduação. Sem você esta conquista não teria sentido. Muito obrigada filha, pela paciência e compreensão e principalmente por fazer parte da minha vida.

Este estudo corresponde ao resultado de pesquisa acerca da maneira como os medievalistas, em especial na França, têm abordado a concepção e a representação do espaço durante a Idade Média. Delimitamos nossa pesquisa às obras produzidas entre os anos de 1973 a 2008 de forma a compreender as modificações ocorridas durante este período e o crescente interesse pela temática observado nos últimos 40 anos. Procuramos discutir os sentidos do espaço como campo de pesquisa específico na historiografia medieval e sua importância na criação de interlocução com diversas áreas das ciências sociais.

Palavras-chave: Espaço, Historiografia, Idade Média, Igreja

ABSTRACT

This study is the output of research about how to medievalists, especially France, have approached the design and representation of space during the Middle Ages. We defined our research to works produced between the years 1973 to 2008 in order to understand the changes that occurred during this period and the growing interest in the area observed over the last 40 years. We seek to discuss the meanings of space as a field specific search in medieval history and its importance in creating dialogue with diverse areas of social sciences.

Key words: Space, Historiography, Middle Age, Church.

SUMÁRIO

Introdução	11
 Capítulo I – Pensar, representar e teorizar o espaço.....	15
<i>Os precursores do estudo do espaço: os Anales e a Geo-história.....</i>	<i>17</i>
<i>Vidal de La Blache, Lucien Febvre e Marc Bloch: A simbiose da geografia nos estudos históricos.....</i>	<i>21</i>
<i>Fernand Braude: La Méditerranée, o espaço desacelerando a história.....</i>	<i>26</i>
<i>Ascensão das monografias regionais: George Duby e os estudos da França Rural.....</i>	<i>30</i>
<i>A reformulação da geografia e teoria do espaço social: A hegemonia do conceito de “território”.....</i>	<i>34</i>
<i>A terceira geração: Ascensão da antropologia</i>	<i>39</i>
 Capítulo II - Principais categorias de análise: “encastelamento”, “encelulamento” e “enclesiamento”.....	42
<i>O “encastelamento”.....</i>	<i>44</i>
<i>O “encelulamento”</i>	<i>47</i>
<i>O “enclesiamento”: a Ecclesia como centro da organização social do espaço.....</i>	<i>49</i>
 Capítulo III - A espacialização do sagrado.....	52
<i>A Consagração da Eclésia.....</i>	<i>54</i>
<i>A função social da paróquia e do cemitério cristão como gênese da construção territorial.....</i>	<i>57</i>

Capítulo IV – A construção de um espaço social concreto: as “comunidades de habitantes”	62
<i>A substituição da organização parental para a organização espacial.....</i>	<i>65</i>
<i>Espacialização social e espacialidade eclesiástica.....</i>	<i>69</i>
 Considerações finais.....	 70
 Referência.....	 75

INTRODUÇÃO

Vivemos uma era de expansão das dimensões sociais em que se modificam as categorias de espaço e tempo. Era na qual o espaço é cada vez menor, o tempo cada vez mais veloz, e as relações sociais mais voláteis. O processo de mundialização intensificado desde a metade do século XX impõe a Europa unificada como modelo de relações sociais e políticas. A historiografia não está alheia a estas transformações. Mostrando-se interessada pelos pelo resgate do tempo e do espaço para a análise dos valores e ações humanas. Assim, a história da Idade Média é constantemente revisitada estabelecendo diferentes construções identitárias.

As transformações sociais de esfera global marcam as opções do historiador tanto em relação à escolha do objeto de pesquisa como na interpretação das fontes. Assim, a análise da produção historiográfica nos revela a subjetividade de sua escrita e nos coloca frente à ingênua noção de imparcialidade do discurso do historiador. Campo de importante da atuação do historiador, a historiografia se apresenta como forma de compreensão para a evolução da disciplina, o que por si só justifica o interesse dos historiadores por este tipo de estudo.

Nossa pretensão com esta pesquisa é verificar - a partir de um campo específico da historiografia medieval que é o espaço – como as relações sociais na Idade Média geram a organização espacial desta sociedade segundo a concepção dos medievalistas. Esta pesquisa surgiu do contato com a professora Néri de Barros Almeida, que ao analisar a primeira proposta de projeto, que se pautava sobre a constituição do espaço no além durante a Idade Média sugeriu a modificação do tema para o estudo historiográfico.

Para tanto, observamos de que forma os instrumentos teóricos lançados pela sociologia, geografia e antropologia, unidos às pesquisas arqueológicas e aos estudos semânticos, podem auxiliar as pesquisa em uma sociedade tão peculiar como a medieval. Nos estudos da Idade Média, os conceitos de espaço, região, espacialização e território, apresentam formas peculiares, específicas para esta sociedade. A apropriação de conceitos geográficos e sociológicos voltados à compreensão das sociedades contemporâneas traz a nós medievalistas, necessidade de especificar suas abordagens metodológicas e conceituais.

Na produção historiográfica das últimas três décadas sobre a Idade Média, uma das áreas temáticas que conheceu um assinalável progresso foi a do estudo do espaço. A revisão das fontes de origem eclesiástica, jurídicas e diplomáticas, as imagens, crônicas e narrativas de

viagens e o avanço das pesquisas em arqueologia histórica, tem oferecido aos medievalistas novas possibilidades de investigações.

Em 1973, a tese de Pierre Toubert sobre os movimentos de reorganização espacial em torno de fortificações e a transformação dos assentamentos rurais entre os séculos X e XII, processo identificado pelo autor como “encastelamento” contribuiu de forma decisiva para uma guinada dos estudos do espaço na história. Tanto do ponto de vista conceitual como do ponto de vista metodológico. Este estudo promove a passagem da geo-história braudeliana de base vidaliana¹, para um tratamento de âmbito social. Se na obra de Fernand Braudel o espaço aparece como sinônimo de meio determinando a organização da sociedade em Toubert, vemos uma alteração desta concepção. De base marxista, Toubert se interessa pelas estruturas políticas e sociais baseadas nos modos de produção, denominadas por ele como “estruturas feudais”. Os conceitos de espaço e territorialização aparecem na obra de Toubert como abordagem da organização e representação das relações sociais de uma sociedade em transformação.

As análises realizadas mostram um campo de pesquisa que propõe diferentes possibilidades de investigação. Seja pela perspectiva das categorias de representação social de Pierre Toubert e Robert Fossier. Da eclesiologia, que irá se desenvolver especialmente a partir da década de 1990, tendo como um dos principais expoente Michel Lauwers. Ou ainda de uma construção social propriamente dita como é o caso da pesquisa de Joseph Morsel sobre as “comunidades de habitantes²”.

Nesta pesquisa buscaremos analisar as obras produzidas na França entre as décadas de 1973 até 2008. A opção pelo recorte cronológico se deve ao crescimento significativo dos trabalhos dedicados ao tema pela historiografia francesa³. Partimos da década de 1970 tendo

¹ Fundada na década de 1880 por Paul Vidal de la Blache a geografia vidaliana é uma das principais matrizes da geografia humana francesa do final do século XIX e início do XX. Surge em oposição à escola alemã de geografia. Vidal de La Blache concebia o homem como hóspede na superfície terrestre, que se adaptou ao meio que o envolvia, criando relacionamento constante e cumulativo com a natureza. Um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “modo de vida”. A área abrangida por um modo de vida comum, englobando várias comunidades denominou “domínios de civilização”. A Geografia caberia estudar os gêneros de vida, os motivos de sua manutenção ou transformação, e sua difusão, com a formação dos domínios de civilização. Estes conceitos serão retomados no primeiro capítulo deste estudo.

² MORSEL, Joseph. Les logiques communautaires entre logiques spatiales et logiques catégorielles (XIIe – XVe siècles), In **Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre**, Hors série 2, 2009.

³ No Catálogo de Dissertações e Teses: Filosofia, História, Letras (1990-2002) realizada pela ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais) sob direção do Prof. Dr. José Rivair Macedo, dos 333 trabalhos catalogados apenas 7 tratam de questões relacionadas ao espaço. Posteriormente ao ano de 2002 encontramos durante pesquisa

como ponto inicial para nossa pesquisa a tese do historiador Pierre Toubert sobre a região do Lácio por entendermos que esta foi responsável por uma significativa mudança nos rumos da historiografia medieval com a incorporação do termo “encastelamento”⁴.

É certo que o interesse pelo estudo do espaço em história tenha surgido anteriormente a 1973. Sua gênese remete a “Escola dos *Annales*” em 1929 através da aproximação promovida por esta escola com a geografia dando origem ao modelo denominado geo-história. Será o historiador e um fundador da Escola do *Annales*, Lucien Febvre, o pioneiro neste tipo de pesquisa com a publicação em 1922 da obra *La terre et la evolution humaine*⁵. A empreitada lançada por Febvre será de aplicar as bases da geografia vidaliana ao campo da historiografia relacionando a escrita da história às permanências do meio e à revalorização da região. As aspirações de Lucien Febvre serão materializadas em 1945 na tese *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* de Fernand Braudel onde o homem será substituído pelo meio como sujeito da história. Não mais o homem mas o próprio Mediterrâneo será o sujeito desta história quase imóvel.

Em meados da década de 1960 as concepções da escola vidaliana entram em declínio, motivado pelas transformações no campo político e social na Europa. A reformulação do conhecimento geográfico se deve em parte à influência do pensamento marxista na geografia. O termo “meio” será substituído por “território”⁶. Esta transformação da geografia irá influenciar também o estudo do espaço feito pelos historiadores.

Nossa pesquisa foi marcada por dois procedimentos principais: por um lado o levantamento das principais obras e autores que se debruçaram sobre a temática, por outro, a identificação e estudo das principais categorias de análise do espaço utilizadas e criadas por estes autores. Damos destaque às transformações verificadas na geografia e sociologia das décadas de 1960-1970 por considerarmos que deles decorrem os principais instrumentos e teorias que ainda hoje são importantes para o estudo do espaço pela história. Buscamos verificar como os medievalistas têm tratado a organização social da Idade Média identificando as vinculações e condições que levaram modificar os arcabouços teóricos e metodológicos desses estudos.

nas bases de dados de teses e dissertações das principais universidades brasileiras apenas duas obras, sendo uma de mestrado e outra de doutorado, ambas na área de História e defendidas no ano de 2008 na USP e na UFF.

⁴ TOUBERT, Pierre. . **Les structures du Latium médiéval. Le Latium médiéval et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle.**Roma : École Française de Rome, 1973.

⁵ FEBVRE, Lucien. **La terre et la evolution humaine.** Paris: Albin Michel, 1922.

⁶ A hegemonia do conceito de território será essencial para a reformulação da geografia a medida que aproxima esta ciência à sociologia. Colocando em discussão elementos políticos e sociais negligenciados pela escola vidaliana

Iniciamos nosso estudo pela análise da inserção da geografia nos estudos históricos promovida pela escola dos *Annales* e sua evolução até a década de 1970. Nesta fase da pesquisa nosso interesse volta-se aos termos e conceitos ligados à noção de “região”, “espaço” e “território”⁷, bem como de seus usos e implicações nas ciências sociais e na história. Dividimos nosso trabalho em quatro capítulos, iniciando com um capítulo no qual buscaremos citar os principais conceitos que estruturam o estudo do espaço nas ciências sociais. Abordaremos também neste primeiro capítulo as obras e autores da Escola dos *Annales* os quais consideramos como precursores do quadro do estudo do espaço na Idade Média. Sobretudo Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Consideramos importante o estudo deste período para a compreensão das primeiras relações entre história e geografia para a constituição do estudo do espaço para a história. Ainda nesta primeira parte desenvolvemos um estudo sobre as transformações sociais na Europa e suas implicações para o desenvolvimento da historiografia com o declínio da geografia e introdução da antropologia e sociologia.

No segundo capítulo discutiremos os conceitos de “encastelamento”, “encelulamento” e “enclesiamento”, fundamentais à tradição renovada dos estudos do espaço medieval. Estas categorias tiram sua importância do fato de serem os principais conceitos criados para a compreensão do espaço na Idade Média. No terceiro capítulo discutiremos o sistema de espaço eclesiológico. Ao longo deste capítulo, procurou-se entender como, segundo os historiadores, a Igreja contribui para a construção simbólica de um espaço social. O quarto capítulo tratará do espaço social como produto real de transformações sociais com ênfase à tese de Joseph Morsel sobre as “comunidades de habitantes” em que temos uma crítica aos modelos de “encelulamento”, “encastelamento” e “enclesiamento”.

⁷ O estudo destes conceitos extraídos nesta pesquisa de Jacques Lévy são importantes devido às transformações que estes sofrem a partir da década de 1960 com a introdução da Nova Geografia e da Geografia Crítica. Sobre os termos ver LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique. Penser l'espace pour lire le monde**. Paris: Belin, 1999.

CAPÍTULO I:

PENSAR, REPRESENTAR E TEORIZAR O ESPAÇO.

Quando se busca a construção do conhecimento é preciso recordar a necessidade de estabelecer uma discussão na direção do campo teórico. Analisar um determinado período historiográfico inclui realizar comparações com o período anterior. Fazer distinção entre eles e assim verificar os avanços ou retrocessos que está nova escrita da história acarreta. Assim, antes da análise das obras da nova historiografia do espaço. Que tem como base o aporte social, nos dedicaremos a um estudo do uso do estudo do espaço pela Escola dos *Annales*. A importância do estudo desta escola para esta pesquisa se deve ao fato desta ter sido a primeira escola historiográfica a se dedicar ao estudo do “espaço” como fator histórico. Assim, buscamos identificar os fatores que moveram tais pesquisadores a se interessar por este tipo de estudo. Bem como as metodologias por eles utilizadas.

Não temos por pretensão fazer um estudo pormenorizado desta escola. Trabalho que exigiria uma intensa pesquisa. Nosso objetivo neste capítulo é fazer um levantamento dos principais conceitos de espaço proposto por estes historiadores. Buscaremos desta forma, fazer uma comparação tais conceitos e os conceitos renovados da historiografia produzida a partir da década de 1970. Pretendemos ainda, observar a forma como estes conceitos são concebidos e como estes surgem a partir da busca pela interdisciplinaridade com as demais ciências sociais, em especial a geografia e posteriormente a sociologia e a antropologia. Inevitavelmente, ao analisar a concepção de espaço, pensadas por estes pesquisadores, logo nos deparamos com o campo da geografia - primeira escola a contribuir com este tipo de estudo.

Os precursores do estudo do espaço: os *Annales* e a Geo-história

A criação da Escola dos *Annales* representou um momento particularmente importante para a história, através do que poderíamos chamar de uma revolução historiográfica. Uma busca em romper com as estruturas da história tradicional positivista. Fazendo com que os historiadores passassem a se ocupar de novas fontes e métodos de pesquisa, ampliando seus objetos, buscando em outras áreas de conhecimento, respostas que já não podiam ser dadas pelos modelos até então existentes.

Através desta mudança, a história deixa de lado o paradigma de ser uma ciência voltada aos grandes homens. O resultado foi uma ampliação dos objetos de pesquisa, da categoria das fontes e dos estudos interdisciplinares. Assim, a história irá buscar na geografia, na sociologia e, posteriormente na antropologia e na psicanálise, entre outras ciências, respostas para as novas propostas da pesquisa histórica⁸. Esta iniciativa propiciou o desenvolvimento do estudo do espaço em história.

A chamada “crise geral das ciências sociais” ocorrida no início do século XX levou alguns profissionais a repensar seus objetos e campos de pesquisa por meio da interdisciplinaridade. Em suas pretensões, os fundadores da Revista *Annales* pregavam uma renovação nas ciências sociais. A fragmentação do conhecimento como parte indispensável do projeto moderno de ciência. A tentativa de diálogo entre as disciplinas. A disputa de poder entre as ciências humanas. A operação de inclusão e exclusão de temas no interior de um campo científico. Emergiu daí uma forte ligação da Escola dos *Annales* com a geografia. Frente ao tradicionalismo historiográfico, a geografia era a porta de entrada que possibilitava pensar historicamente os homens e os ambientes em que viviam. Este será o primeiro esboço de uma união do historiador com o estudo do espaço. A partir desta iniciativa, a noção de espacialidade foi se alargando com o desenvolvimento da historiografia do século XX: do espaço físico, onde o meio é o sujeito histórico, sucessivamente aos espaços imaginário, político e social.

Primeiramente iremos nos concentrar nas noções de espaço em história que surgem a partir da relação com a geografia. Neste sentido buscamos compreender como os historiadores

⁸ Não temos a pretensão de realizar uma análise aprofundada sobre esta categoria de interpretação do espaço. Porém, consideramos necessária uma breve explanação deste modelo de estudo, já que este será o primeiro modelo de abordagem do espaço aplicado pela história através da incorporação de conceitos apropriados da geografia.

franceses da chamada Escola dos *Annales* apreenderam a geografia de origem francesa em detrimento a de origem alemã. Produto de seu tempo, as obras desses autores imprimem os conflitos que reuniam estas duas nações. A influência da Grande Guerra é marcante nestes estudos. O geógrafo Paul Claval ao analisar a criação da escola geográfica francesa, observa que: “A proposta do *Tableau* (*Tableau politique de la France de l'Ouest*, artigo publicado por Paul Vidal de La Blache na revista *Annales de Géographie*) é mostrar como, da diversidade, pôde nascer uma unidade real. (...) A guerra de 1914 demonstrou o quanto a nação francesa, a despeito de sua diversidade, estava amalgamada⁹”, elas formavam o quadro conceitual ideal no qual seria assentada a unidade da nação francesa.

⁹ CLAVAL, Paul. *Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan, 1998. p. 156.

Vidal de La Blache, Lucien Febvre e Marc Bloch:

A simbiose da geografia nos estudos históricos

Será o historiador e um dos fundadores da Escola do *Annales*, Lucien Febvre, o pioneiro neste tipo de pesquisa, com a publicação em 1922 de *La terre et la evolution humaine*¹⁰. Obra voltada ao campo geográfico e à defesa dos fatores espaciais para a compreensão dos fenômenos históricos. A empreitada lançada por Febvre será aplicar as bases da geografia ao campo da historiografia relacionando a escrita da história às permanências do meio e a revalorização da região. Para Febvre, o conhecimento histórico só pode ser compreendido a partir da análise de elementos espaciais. A relação entre o homem e o meio físico gera a organização das sociedades.

A primeira escola geográfica a contribuir com os estudos de história na primeira geração da Escola dos *Annales* foi a escola de geografia humana vidaliana¹¹. A corrente de pensamento de Vidal de La Blache encontrou campo fértil entre os fundadores da Escola dos *Annales*. Ao intervir em favor dos geógrafos em um debate com sociólogos, Febvre faz uma apologia ao vidalismo¹² iniciando uma frutífera relação entre as duas disciplinas. Tal ligação tornou-se tão ampla que Febvre chegaria a afirmar em 1953 que a geografia vidaliana teria gerado a história dos *Annales*¹³. Apropriando-se de Vidal de la Blache e da escola francesa de geografia, os historiadores eram instigados a sair dos arquivos e observar as paisagens, atentar à dinâmica das estruturas espaciais e conhecer a riqueza de seu país através de detalhadas e precisas monografias regionais. É a contribuição deste geógrafo com relação às noções de “espaço” e “região” que verificamos nas obras de Lucien Febvre, Marc Bloch e posteriormente na tese de Fernand Braudel. É também a geografia regional derivada da escola vidaliana que se verifica nas monografias de “história local” a partir da década de 1950. O desafio lançado a esta

¹⁰ FEBVRE, Lucien. **La terre et la evolution humaine**. Paris: Albin Michel, 1922.

¹¹ Baseadas nas idéias do historiador e geógrafo francês Vidal La Blache (1854-1918). Geógrafo francês nascido em Pézenas é considerado o fundador da corrente francesa de geografia humana. Estudou história e geografia na École Normale Supérieure, em Paris, e lecionou por três anos na Grécia. Após várias viagens pelo mundo retornou à França, para ser professor da École Normale (1877-1898). Fundou e editou a revista *Annales de Géographie* (1891), ainda hoje o mais importante periódico de geografia da França. Assumiu o cargo de professor de geografia na Sorbonne (1898-1918), onde trabalhou até o fim da vida.

¹² Ibid. p. 16.

¹³ DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004. p. 115-148

nova historiografia seria de pensar as relações entre o meio físico e a sociedade. Tal ligação tornou-se tão ampla que Febvre chegaria a afirmar em 1953 que a geografia vidaliana teria gerado os *Annales*¹⁴. Para Febvre, o modelo das monografias regionais se aplicava perfeitamente a proposta historiográfica dos *Annales*, já que o estudo demográfico, econômico e das relações se adaptariam melhor a espaços restritos¹⁵.

A escola geográfica vidaliana denominada por Febvre como “possibilista” surge na França do final do século XIX como oposição à geografia política alemã “determinista” de Friedrich Ratzel(1844-1904)¹⁶, escola que considera o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Para Ratzel, a relação homem/meio ocorre em dois momentos. O primeiro se refere à influência natural na fisiologia (somatismo) e na psicologia (formação do caráter) dos indivíduos. No segundo, a natureza atuaria na constituição social, através dos recursos do “meio” onde se localiza a sociedade. A geografia ratzeliana surge como modelo de afirmação do Estado-Nação alemão e dos projetos imperialistas do governo de Otto Von Bismarck. Seus escritos se constituem como instrumento de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém constituído. Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade, enquanto seu progresso implicaria a necessidade de aumento de seus territórios através da conquista de novas áreas, o que denominou de “espaço vital”.

Com a guerra franco-prussiana, em 1870, culminando com a vitória da Prússia, a França perde os territórios de Alsácia e Lorena. Principais reservas de carvão, vitais para a industrialização francesa. É nesse período de guerra que Vidal de La Blache desenvolve os conceitos de sua geografia humana, sob o apoio do Estado francês. Esta disciplina foi colocada em todas as séries do ensino básico, na reforma efetuada pela Terceira República francesa. Segundo Antonio Carlos Robert Moraes, a guerra trouxe às elites francesas “a necessidade de pensar o espaço, que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse

¹⁴ DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004. p. 115-148

¹⁵ FEBVRE, Lucien. Op. Cit. p. 16

¹⁶ Pensador e escritor alemão. Friedrich Ratzel (1844-1904) é considerado um dos responsáveis pela institucionalização da geografia como disciplina. Iniciou seus estudos na área de farmácia e zoologia na Universidade de Heidelberg. Com a eclosão da Guerra Franco-Prussiana, ofereceu-se no exército prussiano e foi ferido no curso da ação. A partir de abril 1871 torna-se correspondente do jornal Koelnische Zeitung. Este trabalho permitiu-lhe viajar para a Itália, França, Hungria, América do Norte, México e Cuba. Em 1875, se doutorou em ciências naturais. Em 1876 tornou-se professor de geografia na Escola Técnica de Munique e no Outono de 1878 tem uma outra cadeira na Universidade de Leipzig.

fundamentos para o expansionismo francês¹⁷”. Assim, a geografia francesa abstrai o discurso político aberto e acusa a teoria do espaço de Friedrich Ratzel como legitimadora do imperialismo alemão — o que comprometeria, de forma indelével, a cientificidade de sua produção geográfica. Assim, a necessidade de interdição da política no processo de construção do conhecimento é, para Vidal de La Blache, condição de cientificidade. A revalorização das regiões naturais e o estudo da França rural aparecem na obra como forma de produção de uma identidade nacional. Nas palavras do geógrafo britânico Nigel Thrift a geografia de Vidal de La Blache é “um hino à França dos camponeses¹⁸”, enfatizando o movimento de valorização das peculiaridades regionais.

Fortemente influenciado pelos paradigmas do lamarckismo¹⁹, Vidal de La Blache (1854-1918) considera o homem como elemento que é ao mesmo tempo ativo e passivo em sua relação com o meio. Este embora estivesse subordinado às condições do meio natural, teria a possibilidade de modificá-lo às suas necessidades. As influências naturais ofereceriam às sociedades um conjunto de possibilidades de transformação da paisagem²⁰, possuindo uma atuação limitada. Assim, as necessidades humanas são condicionadas pela natureza. O homem se adapta ao “meio” criando no relacionamento com a natureza, técnicas, hábitos, usos e costumes ao qual Vidal de La Blache chamou de “modos de vida²¹”. Estes “modos de vida” ocorrem em uma paisagem geográfica, uma extensão territorial razoavelmente identificável: a “região”. O conceito de “região” aparece em sua obra como unidade de análise geográfica que exprime a forma como os homens organizam o espaço terrestre. Tal conceito será base para o desenvolvimento da geografia regional vidaliana²².

¹⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. Op. Cit. p. 63-64.

¹⁸ THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 216.

¹⁹ Referimo-nos à teoria das características adquiridas, do biólogo francês Jean Baptiste Lamarck (1744-1829). Propõe que a vida evolue à medida que os indivíduos de uma espécie mudam de situação, de clima ou de hábito, recebendo influências naturais que mudam pouco a pouco a consistência e as proporções de suas partes, sua forma, suas faculdades e sua organização. Seria a capacidade dos organismos de adaptarem ao meio ambiente e as sucessivas mudanças que propiciariam a evolução e a diversidade de espécies. Cf. BERDOULAY, Vincent., SOUBREYRAN, Olivier. **Lamarck, Darwin et Vidal: aux fondements naturalistes de la géographie humaine**. Annales de Géographie, nr. 561-562, 1991, p. 617-633.

²⁰ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Principes de la géographie humaine**. Paris : Armand Colin, 1921. (digitalização disponível em : <http://www.archive.org/stream/principesdegogr00blacgoog#page/n17/mode/2up>)

²¹ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des caractères distinctifs de la Géographie., In **Annales de géographie**, 22, 1913. p. 289, 299. Na concepção de Vidal de La Blache o homem responderia às possibilidades oferecidas pela natureza reagindo e adaptando-se ativamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece, sendo necessário a criação de técnicas de adaptação e de transformação em relação às condições do meio. O conceito de modo de vida é trabalhado por La Blache como *genres de vie*, todavia, utilizamos modo de vida por ser mais condizente com a tradução para a língua portuguesa.

²² Entende a “região” como o recorte analítico básico onde a geografia desenvolve seu campo de estudo.

Vidal de La Blache concebe a relação natureza/sociedade sob o ponto de vista da apropriação, ou seja, a natureza é vista como um recurso à produção. Segundo a escola vidaliana, as ações humanas seriam então pontuadas pela adaptação ao meio. Verificamos uma demasiada preocupação com as permanências do “meio”, deixando de lado as transformações políticas e sociais para se dedicar a um tempo a-histórico quase imutável, ao qual denomina como “tempo geológico”. Para ele a geografia é “uma ciência dos lugares, não dos homens”. O que interessa à análise de Vidal de La Blache será o resultado da ação humana na paisagem, e não esta em si mesma. A Geografia vidaliana fala de população, de agrupamento, e nunca de sociedade. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abordando as relações entre os homens²³. Por essa razão a geografia se manteve distante da sociologia e das demais ciências sociais durante um longo período.

Apesar de sua importância para a escola geográfica francesa, durante sua vida Vidal de La Blache não publicou nenhuma grande obra. A divulgação de sua produção se limitou à publicações de artigos disponibilizados através da revista *Annales de Geographie*. Sua grande obra *Princípios de Geografia Humana*, único livro teórico do autor, ficou inacabado devido a sua morte em 1918. A obra seria posteriormente editada por seu discípulo Emmanuel De Martone, sendo publicado no ano de 1921. *La terre et l'évolution humaine*, de Lucien Febvre, foi publicado no ano posterior ao seu lançamento. No entanto, não encontramos nesta obra nenhuma referência ao livro de Vidal de La Blache. Assim, podemos verificar que ao publicar *La terre et l'évolution humaine*, Febvre não teve contato com esta obra. Sua base de pesquisa para elaboração deste trabalho foram os artigos publicados em vida por Vidal de La Blache. Segundo Emmanuel De Martone²⁴, *Princípios de Geografia Humana* trouxe diversas inovações frente aos escritos anteriores de Vidal de La Blache, em especial nos tópicos “As Formas de Civilização”, “A Circulação” e a Introdução “Significado e Objeto da Geografia Humana”, textos com os quais Lucien Febvre não tomou contato. Fato que trouxe ao seu estudo certas limitações.

A obra *La terre et l'évolution humaine* de Lucien Febvre será recebida no mundo acadêmico como uma sistematização das duas escolas geográficas: a francesa e a alemã. Aluno de Vidal de La Blache na Universidade de Paris, assim como seu mestre Febvre viveu em uma região invadida, o que explica sua defesa ao possibilismo vidaliano e ao estudo do espaço. Em

²³ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hulitel, 1981. p. 66-72.

²⁴ DE MARTONNE, Emmanuel. Les études géographiques à Paris, *Annales de l'université de Paris*, 2, 1927, p. 413.

um debate em que o “determinismo geográfico” alemão opunha-se à liberdade humana, Febvre apoiou firmemente Vidal de La Blache. Assim, o autor buscou enfatizar a variedade de possíveis ações humanas aos desafios do meio. Segundo ele, as condições do meio não determinam as ações do homem, existiam possibilidades²⁵. Para justificar tal afirmação Febvre utiliza como exemplo o fato de que um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas por outra, como um meio de transporte²⁶. Não é o ambiente físico que determina a opção coletiva, mas o homem, sua maneira de viver, seu comportamento. Assim, as limitações de Febvre podem se tratar, na verdade, dos próprios textos disponíveis ao autor no momento de suas reflexões.

Com relação aos estudos medievais uma importante contribuição foi dada por Marc Bloch. A diferença entre sua análise em relação à de Febvre reside no fato de que o vocabulário geográfico não se constitui como centro de seu pensamento. Bloch o utiliza de forma mais fluída e menos rigorosa. No entanto, isso não significa uma ausência de fatores geográficos na associação do povo com a terra, da adaptação da sociedade às circunstâncias da natureza. Pois, se para o autor eles não explicam os traços principais da organização da sociedade, estes possuem relevância quando se trata de perscrutar as diferenças entre as regiões²⁷. Assim, a geografia teria para Bloch, a função de fornecer o conjunto de características físicas dos *pays*, regiões e territórios. Seus estudos sobre a relação homem-meio se baseiam na apreensão dos elementos físicos na constituição das sociedades. Para Bloch, as monografias regionais revelavam a diversidade física, cultural e social do espaço, contribuindo para uma visão ampla da história da França²⁸. Os fatores geográficos aparecem em sua obra como distinção das regiões, servindo como ponto de partida para o estudo da ocupação do solo, tipos de cultura, utilização de aparatos técnicos e organização do campesinato. A análise regional deflagra a diversidade dos hábitos dos agrupamentos populacionais em paisagens diversas.

Seu contato com a geografia surge antes da fundação da Revista *Annales* durante seus estudos quando teve como professor Jules Sion e Albert Damageon, discípulos de Vidal de la

²⁵ FEBVRE, Lucien. **Op. cit.** p. 284.

²⁶ Ibid. p.284-285.

²⁷ BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. 5ª ed. Paris: Armand Colin, 1968 (1931). p. 21-24.

²⁸ BLOCH, Marc. Régions naturelles et groupes sociaux. **Annales d'histoire économique et sociale**, n.17 (1932). p.498. Segundo Bloch, não haveria como se escrever uma história da França sem levar em consideração as características regionais que a engendram.

Blache, fato que viria a influenciar seu trabalho. Em *Île-de-France*²⁹, pesquisa publicada em 1912 na *Revue de synthèse historique*, Bloch recorre às pesquisas de Vidal de La Blache e Albert Damageon na busca pelas origens e usos dos termos *Île-de-France* e *France*. Além disso, há uma preocupação do autor em delimitar os contornos da região e suas características naturais. A própria definição da *Île-de-France* como “os *pays* ao redor de Paris”, como unidade formada pela aglomeração humana ali estabelecida³⁰ adotada por Bloch é retirada da geografia vidaliana. Todavia, ao contrário do proposto por Lucien Febvre e Fernand Braudel, para Bloch caracterizar geograficamente a *Île-de-France* significa realizar sua descrição física. Trata-se de realizar uma introdução geográfica, característica comum entre as obras de história na França provençal. Assim, verificamos na obra quatorze páginas dedicadas à infiltração das águas pluviais, à deposição quaternária, à erosão, à hidrografia, aos tipos de rocha e solo, aos acidentes do relevo, ao clima. Tais componentes identificados na *Île-de-France* formam um “mosaico que pode ser apreendido através do olhar”. São formas, cores e volumes que desenham uma “variedade na paisagem”³¹.

A ligação com Febvre na década de 1920 em Estraburgo ampliou a relação de Bloch com a geografia promoveu os estudos sobre a França Rural. Fato verificado nas obras *Les caractères originaux de l'histoire rural française, Régions naturelles et groupes sociaux* e *Lês paysages agraires: essai de mise au point*³². Embora com uma rigidez bem menor que a proposta por Febvre, o estudo da paisagem é um elemento importante de sua obra. Estes, permitiram uma distinção visível das regiões. Ponto de partida para a compreensão da ocupação do solo, tipos de cultura, utilização de aparatos técnicos. Assim, o estudo do “espaço” na obra de Bloch não se baseia no “meio” como fator primordial para a compreensão dos fatores históricos. Mas na observação das condições físicas típicas de uma região e, das formas como o homem as modela, adaptando-as, por intermédio do trabalho, como forma de organização da vida social.

Para Bloch a comparação é uma ferramenta de conjunto. Para ele, as pesquisas locais e regionais permitiam a riqueza de detalhes e de possibilidades necessárias à construção de uma “história total”. Ao promover analogias entre seu período de pesquisa e o tempo presente, Bloch compreendia as diferenças entre as configurações espaciais da Idade Média (feudos, aldeias,

²⁹ BLOCH, Marc. L'Île-de-France (Les pays autour de Paris), I. *Revue de Synthèse Historique*, n. 74, 1912. p.209-223.

³⁰ Ibid. p. 211.

³¹ Ibid. p.312.

³² Ibid. p. 682.

vilas) em relação à Idade Moderna (cidades-Estado e Estados Nacionais). Assim, sua análise identifica a organização do espaço como um processo histórico de criação e destruição de territorialidades em variadas escalas de análise. “Sem as pesquisas locais preliminares, vã seria a comparação; mas somente esta poderá, no bojo das causas imagináveis, reter aquelas que tiveram uma ação geral, as únicas reais³³” Assim, passado e presente uniam historiadores e geógrafo em torno da configuração das sociedades por meio das formas como o homem as modela as condições físicas de uma região, adaptando-as, por intermédio do trabalho. Bloch identifica assim uma série de relações e variáveis: classes de solos, escolha dos cultivos, engenhosidade dos instrumentos técnicos, divisão das propriedades, distribuição do povoamento, tipos de *habitat*, diferentes mentalidades coletivas³⁴.

A paisagem possui na obra de Bloch um destaque heurístico. Ela não é uma noção vaga e utilizada aleatoriamente, mas um conceito no qual buscará captar o movimento da história. Seu impacto é essencialmente físico. Descrevê-la é mostrar a pujança da natureza e o entrelace de seus elementos com a constituição social. Para isso, no entanto, um aspecto não pode ser desconsiderado: o homem. Acentuando ou modificando seus traços iniciais, ele a modela. É o seu principal agente. Por isso ela é histórica. A sociedade é o coração da análise de Bloch sobre a Idade Média. Seu espaço é eminentemente político, produto das estruturas sociais e de suas dinâmicas internas só podendo ser concebido através de sua organização³⁵. O foco da pesquisa são as estruturas sociais. Sua relação com o estudo geográfico se pautava na necessidade de conhecer o quadro natural onde se desenvolve a vida social. O “meio” é visto como representação humana, estrutura dependente da percepção do homem³⁶. Esta peculiaridade observada em Marc Bloch faz com que as pesquisas atuais se aproximem mais deste do que de Febvre ou Braudel.

³³ Ibid., p. 361.

³⁴ BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l’histoire rurale française**. 5ª ed. Paris: Armand Colin, 1968 (1931). p. 489.

³⁵ MAILLOUX, Anne e VERDON, Laure. Marc Bloch : l’ espace, produit de la société. In CURSENTE, Benoît e MOUSNIER, Mireille. **Les territoires du médiéviste**, Rennes, Presses Uiversitaire de Rennes, 2005. p. 23–33.

³⁶ Ibid. p. 21

Fernand Braudel: La Méditerranée, o espaço desacelerando a história

Se na primeira geração dos *Annales* a geografia será um importante aporte à pesquisa histórica, será na segunda geração que o “casamento” entre história e geografia encontra seu período áureo na obra sobre o Mediterrâneo de Fernand Braudel³⁷. Conforme dissemos, Lucien Febvre foi um dos primeiros historiadores a se valer francamente da concepção espacial de Vidal de La Blache para pensar a constituição das relações entre o meio físico e a sociedade³⁸. Contudo, será Fernand Braudel, sob orientação de Febvre, o primeiro a aplicar estas noções a um objeto historiográfico específico. Em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Apresenta um estudo atento das transformações do meio em uma longa duração, erigindo-o a sujeito histórico. Iniciada em 1923, a tese de Braudel tinha por tema o estudo da política diplomática no reinado de Felipe II. Neste intuito o jovem historiador entra em contato com Lucien Febvre, autor de uma importante obra sobre Felipe II, que fará a sugestão da alteração do tema que colocaria definitivamente o estudo espaço como campo da historiografia. Não Felipe II e o Mediterrâneo, mas o Mediterrâneo e Felipe II³⁹.

Contrariando a prática dos trabalhos marcados pelo interesse nas relações entre geografia e história, Braudel não apresenta uma introdução geográfica. Ao invés disso, realiza um estudo sobre a operação histórica de mecanismos pertinentes à análise geográfica. Sua obra proporcionou a leitura do processo histórico via interpretação dos fatores geográficos. O espaço será objeto da primeira parte da obra, onde o mundo mediterrânico aparece como resultado da influência da paisagem e das transformações geológicas. O clima, as montanhas e as ilhas são os elementos constituidores da organização social.

As referências ao pensamento vidaliano são constantemente observados. A primeira parte do texto que tem como fonte Vidal de La Blache é a seguinte: “Que a montanha é um refúgio contra os soldados ou os piratas, é um lugar comum referido por todos os documentos, a

³⁷ BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Armand Colin, 1949.

³⁸ FEBVRE, Lucien. Op. Cit. p. 17.

³⁹ DOSSE, François Op. Cit. p. 127

começar pela Bíblia. Por vezes, esse refúgio se torna definitivo⁴⁰”. Em nota, o autor declara: “é o ponto de vista de Paul Vidal de La Blache⁴¹”. Também se referindo às montanhas, ele cita outros geógrafos ao longo do texto.

Esta inovação proposta na obra de Braudel deu início a um movimento que passou a ser denominado como geo-história e que viria a introduzir a geografia como grade de leitura para os historiadores⁴² fazendo do espaço, até então simples painel dos acontecimentos históricos, elemento de primeiro plano. Vidal de La Blache é o autor mais citado da primeira parte, inclusive entre os historiadores, e em partes mais diversas da obra. A apropriação do modelo vidaliano de geografia permitiu a Braudel valorizar a longa duração, desacelerando a história e permitindo o estudo sistemático das permanências do “meio”. O autor nos aponta que o clima, a vegetação, a criação de animais e as culturas, constituem um equilíbrio que é lentamente construído, enfatizando a importância das fronteiras naturais como montanhas, ilhas e o próprio mar na organização da sociedade.

Segundo o próprio Braudel :

La première [a longa duração] met en cause un histoire quasi immobile, celle de l’homme dans ses rapports avec le milieu qui l’entourne; une histoire lente à couler et à se transformer, faite bien souvent de retours insistants, de cycles sans fin recommencés.⁴³

No primeiro capítulo de sua obra o sujeito da história deixa de ser o homem e se desloca para o espaço. Peter Burke observa que, um dos objetivos centrais de Braudel nesta obra, foi mostrar que tanto a história dos acontecimentos como a história das tendências gerais, não pode ser compreendida sem a análise das características geográficas que o espaço inscreveu em uma história lenta e quase imperceptível⁴⁴. É certo que existe uma concepção de espaço em Fernand Braudel e que relaciona história e geografia, entendendo o tempo não mais como propriedade da história, mas do conjunto das ciências humanas.

⁴⁰ BRAUDEL, Fernand. Op. Cit. 1949. p. 41.

⁴¹ Ibid. P. 41.

⁴² DOSSE, François. **A História em Migalhas**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994, p.136.

⁴³ BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949. p. 11. A primeira [longa duração] trata de uma história, quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados ();

⁴⁴ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1991, p.50.

A dialética das durações, proposta por Braudel na obra *História e ciências sociais* de 1958, estabelece a tripartição dos níveis de temporalidade, base da construção do modelo de espacialização temporal aplicada por ele ao Mediterrâneo. O primeiro nível, a curta duração, seria o da história dos acontecimentos, marcada pelo tempo breve, onde podemos tomar como exemplo a história política. O segundo nível é o conjuntural, de média duração, exemplificado pela história econômica. Por fim, a história estrutural, da longa duração, marcado pelas permanências, a geografia e as mentalidades seriam seus principais exemplos⁴⁵. Em sua tese sobre o Mediterrâneo esta tripartição temporal aparece claramente representada através da divisão das diferentes partes que a formam.

A busca de Braudel pela escrita de uma história total põe em evidência um ponto que para o autor é essencial. Trata-se não somente de analisar a economia, a política e a sociedade, mas também de ampliar o campo de atuação da história através da relação do homem com o meio. Reconhecendo os obstáculos colocados pela natureza à ação humana. Assim, seria incoerente escrever a história do Mediterrâneo negligenciando sua dimensão geográfica. Apesar da influência da escola vidaliana, Braudel trabalhou de forma inversa a tendência no que diz respeito à questão regional, ao optar por trabalhar com o grande espaço abordando o “espaço da civilização”, do Mediterrâneo. Embora isso não implique em deixar de lado a problemática regional. Sua tese trará uma análise regional fortemente marcada pela obra de Vidal de La Blache: a oposição entre as montanhas e as planícies⁴⁶. Assim, Braudel entende o espaço por relação de dicotomia e unidade. Sendo a unidade dada pela circulação. Da diferença entre as regiões surge um conjunto de homens com necessidades diversas, montanheses e cidadãos, de acordo com a unidade do meio em que foram criados, e tudo isto o pré-requisito para que se estabeleça a circulação como uma estrutura desses lugares. A existência da circulação se explica no fato de que a vida da montanha e das planícies se diferencia, mas também se complementam. Assentada na estrutura desses espaços é um movimento repetitivo, e de longa duração.

⁴⁵ BRAUDEL, Fernand. “A longa duração”. In: **História e ciências sociais**. 2ª edição. Lisboa: Presença, 1976. p. 7-70.

⁴⁶ A oposição montanha e planície tanto para La Blache como para Braudel, se assenta na diferença de circulações que as duas estruturas geográficas permitem. Ver VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Principes de la géographie humaine**. Paris : Armand Colin, 1921.

<http://www.archive.org/stream/principesdegogr00blacgoog#page/n17/mode/2up>.

A principal característica do “meio” para a história, é que ele é criador de ritmos diferenciados, ‘bases da história’, que se unem pelas trocas de seus diferentes produtos, técnicas, homens e costumes. Isso só ocorre pois o “meio” é criador de permanências. Sendo um espaço natural ou um espaço construído, ele é sempre criador de diferenciações nos movimentos dos homens, das idéias, das mercadorias. A diferença na circulação é a própria diferença dos ritmos históricos. Circuitos mais velozes, como na conexão entre as planícies, são os espaços privilegiados dos grandes acontecimentos. E tudo isso ainda envolve a técnica, hierarquia e divisão do trabalho, no espaço. As condições climáticas, a vegetação, as montanhas, entre outros elementos naturais, devem ser levados em conta na análise historiográfica. Embora eles não atuem de forma a determinar a história de uma sociedade, eles estão presentes na organização das sociedades.

O grande problema que representa a geo-história é a limitação imposta pelo modelo vidaliano. Ao se pautar na observação da relação espaço-temporal das sociedades através da influência ou determinação do “espaço” como “meio” e sujeito na organização e no desenvolvimento das sociedades, a geo-história excluía de sua análise um elemento essencial, o papel da sociedade na constituição do espaço. A dialética da duração proposta por Fernand Braudel, ao relegar o espaço à categoria de tempo, impediu que os estudos se concentrassem sobre a dinâmica social do processo de espacialização. Desta forma, uma série de agentes historiográficos importantes se perdia.

Ascensão das monografias regionais: George Duby e os estudos da França Rural

A partir do final da década de 1950, verificamos na historiografia a tendência de expansão da produção de monografias regionais. As teses de geografia sobre as grandes regiões como a de Albert Damageon, Emmanuel de Martone e discípulos de Vidal de La Blache e colaboradores de Lucien Febvre na Revista *Annales*, serviram como modelos de uma história regional, analisada em todos os seus aspectos.. Elas trouxeram a possibilidade desta tendência, abordar um espaço cada vez mais restrito, conhecida na França como História Local⁴⁷. O modelo de escrita trazido por Braudel teve grande repercussão nas pesquisas que se seguiram. Frequentemente, e até os anos 1960, as monografias derivadas da chamada Escola dos *Annales* apresentavam previamente a Introdução Geográfica, e depois vinha a história, a organização social, as ações do homem. A possibilidade deste modelo funcionar, naturalmente, dependia muito do objeto que se tinha em vista, para além dos padrões da espacialidade européia nos períodos considerados.

A geografia regional procurava estudar as unidades componentes da diversidade espacial da superfície terrestre. Em cada lugar, área ou região a combinação e a interação das diversas categorias de fenômenos refletiam-se na elaboração de uma paisagem distinta, que surgia de modo objetivo e concreto. O estudo das regiões e das áreas favoreceu a expansão da perspectiva regional. Preocupados em compreender as características regionais, geógrafos e historiadores desenvolveram a habilidade descritiva, caracterização já estabelecida por Vidal de La Blache, em 1913. Assim, estes pesquisadores buscaram examinar todos os elementos e fases que culminaram nas características das regiões e em sua evolução histórica. Esta tendência observada entre os anos de 1950 a 1970, emergia como forma de história total com a

⁴⁷ GOUBERT, Pierre. História local. In **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, jan./jun. 1992, p. 45-57. A história local é definida por Pierre Goubert como aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média, ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês).

possibilidade de examinar fenômenos históricos através de uma análise regionalizada. Tal metodologia fornece à história elementos para a compreensão das diversas variáveis que constituem o sistema global de relações dentro de um espaço regionalizado. “A região é unidade globalizada na qual há interpenetração de todos os aspectos, os físicos e os humanos⁴⁸”. Ao estudar uma “região”, o historiador seria capaz de apreendê-la em sua totalidade. O modelo de compreensão do “espaço” proposto por Vidal La Blache se mostrou adequado aos estudos associados a esta historiografia. Seu objeto principal de pesquisa passou a ser o que o historiador Pierre Goubert chamou de “unidade provincial comum (...) tal como um *country* inglês, um *condado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses⁴⁹”. Uma unidade administrativa homogênea do ponto de vista geográfico ou da perspectiva de práticas agrícolas. Assim, o espaço é investigado e apresentado pelo historiador, como uma espécie de moldura onde os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam.

Para Pierre Goubert, a história local dos anos 1950 fora motivada pela combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social⁵⁰ aos métodos das monografias regionais. Destacaram-se as abordagens seriais e estatísticas, que traziam a possibilidade de trabalhar de forma massiva com dados de toda uma população. Ao trabalhar com pequenas localidades, os historiadores fixam sua atenção “em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho⁵¹”.

Embora em fins da década de 1950 as concepções da escola vidaliana se encontrem em declínio no campo da geografia, o modelo de monografias regionais⁵² lançado por esta escola encontrarão grande repercussão nas obras da historiografia francesa até o final da década de 1960. Para François Dosse, a década de 60 será a de “idade de ouro” dos estudos regionais⁵³. Em 1953, George Duby defende sua tese sobre o Mâconnais durante os séculos XI e XII. Pierre Vilar apresenta seu trabalho sobre a Catalunha na Espanha moderna em 1962. Em 1966 é a vez de Le

⁴⁸ CHRISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. In **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985, p.72.

⁴⁹ GOUBERT, Pierre. Op. Cit., 1992. p. 45.

⁵⁰ Tal característica pode ser compreendida através dos esforços dos historiadores dos Annales em romper com a história tradicional da escola metódica. Neste sentido buscava-se a apreensão da sociedade como um todo e não apenas centrada nos indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX.

⁵¹ GOUBERT, Pierre. Op. Cit., 1992. p. 49.

⁵² As monografias regionais se desenvolveram na França a partir da concepção de “região” geográfica de Vidal de La Blache. Estas teses baseavam-se na análise de fragmentos regionais como forma de explicar os “modos de vida” e as características naturais de uma determinada região. Um de seus principais expoentes foi o geógrafo francês Albert Damageon.

⁵³ DOSSE, François. **Op. Cit.** 1994. p. 186.

Roy Ladurie publicar seu estudo sobre os camponeses de Languedoc. A idéia de construção de uma história total encontra campo fértil na combinação dos elementos demográficos, econômicos e sociais, oferecida pela geografia regional. Embora verifiquemos uma vasta produção historiográfica neste período dedicaremos nossa atenção aos estudos de Georges Duby.

Geógrafo de formação, Duby dedicou-se, no início de seus estudos a geografia histórica, para posteriormente se dedicar ao ofício de historiador. Sua formação de geográfica também promoveu seu contato com a Revista *Annales*. A Secção de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lyon, estava atenta ao que se produzia nas ciências do homem. Em particular na produção da escola dos *Annales*. Muitos dos colaboradores da revista saíram da Escola Francesa de Geografia, como André Allix, Faucher, Dion. Todos com participação na formação profissional de Georges Duby⁵⁴. Fora através da influência do geógrafo francês André Allix, seu primeiro orientador, que teve seu primeiro contato com a Idade Média. A principal contribuição de Allix para o trabalho de Duby como medievalista se dera através da proposição de que, para se explicar convenientemente uma paisagem de determinada região na atualidade, era necessário explicar o modo como foram ocupadas e exploradas as terras da Idade Média⁵⁵. Essa influência marcou profundamente o Duby geógrafo. Sua tese *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*, é construída segundo o modelo das monografias regionais que a Escola Francesa de Geografia produzia então⁵⁶. O suporte da geografia física e da sociologia promovia importante esclarecimento sobre o mundo rural francês. Os conhecimentos provenientes destas áreas de saber serviram de recurso aos historiadores em suas pesquisas.

Como historiador, Duby opta por trabalhar com a história social da França rural na Idade Média. Objeto que une história e geografia. Em sua obra *A História Continua*, Duby fala sobre suas escolhas no início da carreira. O marco é a sua opção pelo estudo das estruturas da sociedade feudal na Idade Média. Sob um viés marxista, Duby busca realizar um estudo de todas as esferas da vida social envoltas na ruralidade, nos séculos X a XII. Período em que a sociedade feudal estrutura as suas bases e que será denominada mais tarde pelo autor com “revolução feudal”. Sua principal influência é o historiador Marc Bloch. A concepção teórico-metodológica

⁵⁴ SANT'ANNA, Luiz Alberto Sciamarella. Georges Duby e a construção do saber histórico. (dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Pernambuco, 2001. p. 25-26.

⁵⁵ DUBY, Georges. A história continua. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993. p. 12. Colaborador da revista do *Annales*, Allix realizava pesquisa nos arquivos de Dauphine acerca da paisagem região de Oisans no século XV. Este entendia que para a compreensão das características atuais desta região era necessário “analisar a forma como estas haviam sido ocupadas e exploradas na Idade Média”.

⁵⁶ Ibid. p. 16.

pela qual Duby iniciou suas investigações sobre a Idade Média, está ligada aos avanços realizados por Bloch, “(...) diante da existência de diferentes sistemas agrários não pode ser explicado apenas pelo meio físico⁵⁷”. Assim, verificamos que apesar da influência de sua formação geográfica, assim como Bloch, o espaço para Duby só pode ser compreendido a partir do social.

Com o surgimento dos novos problemas e objetos historiográficos final do século XX, o modelo de “região” derivado de Vidal de La Blache começou a ser questionado. Em parte, pela observação de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo. Assim, uma abordagem voltada unicamente para características regionais mostrou-se não-operacional. Delimitações regionais poderiam funcionar para um período e um local restrito, não para outro. Além disso, as paisagens rurais facilmente podem se modificar a partir da ação do homem. O que mostra a inoperância de considerar regiões geográficas fixas. Tal crítica não surge apenas das novas buscas historiográficas, mas também de desenvolvimentos que se deram no próprio seio da geografia humana. Ciro Flamarion Cardoso ressaltava em um ensaio sobre a História Agrária de 1970 que o conceito de “região” derivado da escola de Vidal de la Blache começou a ser radicalmente criticado por autores como Yves Lacoste que sustentavam que a realidade impõe o reconhecimento de “especialidades diferenciais, de dimensões e significados variados, cujos limites se recortam e se superpõem de tal maneira que, estando num ponto qualquer, não estará dentro de um, e sim de diversos conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras⁵⁸”.

⁵⁷ BLOCH, Marc. Op. Cit., 1968 (1931). p. 73.

⁵⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. PEREZ, Héctor. Os Métodos da História. Rio de Janeiro. Graal, 1979. p. 47.

A reformulação da geografia e teoria do espaço social:

A hegemonia do conceito de “território” *

Para o geógrafo francês Jacques Lévy, a geografia vidaliana promoveu uma estagnação da disciplina na França de cerca de 80 anos⁵⁹. A grande reformulação da geografia, verificada a partir da década de 1960, denominada como Nova Geografia ou Geografia Crítica, irá ocorrer no momento em que são abandonados os antigos preceitos do pensamento de Vidal de La Blache. Assim, a escola vidaliana irá gradualmente perder sua força frente a novas formas do pensamento geográfico, evento descrito por Lévy em sua obra *Le tournant géographique. Penser l'espace pour lire le monde*⁶⁰. Nele, Levy mostra como os geógrafos reformularam o conceito de “território”, vinculado à idéia de poder e delimitado por fronteiras⁶¹. Tais modificações segundo Lévy serão em parte devidas à aproximação da geografia com a sociologia, a economia e com as ciências políticas, e se deve à inserção do materialismo histórico na geografia. Fato que levou os geógrafos a analisarem o espaço geográfico como resultado das ações humanas e dos modos de produção. O geógrafo francês Pierre George introduz o pensamento marxista na geografia francesa e os “modos de vida” serão gradualmente substituídos pelos modos de produção. Para o

* Neste tópico faremos uma pequena introdução sobre as transformações ocorridas no âmbito da geografia e da sociologia. Consideramos necessária a realização de tal abordagem para o esclarecimento dos usos destes conceitos dentro do campo das ciências sociais já que tais conceitos serão importantes no desenvolvimento das atuais pesquisas sobre o espaço na historiografia da Idade Média.

⁵⁹ LÉVY, Jacques. *Le tournant géographique. Penser l'espace pour lire le monde*. Paris : Belin, 1999. p. 98.

⁶⁰ Ibid. p. 99 O movimento de renovação na geografia não possui uma unidade. Seu método é bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções. Entretanto, é possível agrupá-las, em função de seus propósitos e de seus posicionamentos políticos, em dois grandes conjuntos: Geografia Pragmática e Geografia Crítica. Tomaremos para o presente estudo as concepções da geografia crítica que tem como um dos seus expoentes o geógrafo Pierre George que será responsável por introduzir as concepções do materialismo ao campo da geografia.

⁶¹ Se o conceito de território não é novo ele aparece entre os pesquisadores da Nova Geografia com uma conceitualização renovada. Se na obra de Friedrich Ratzel este conceito aparece como forma de descrever a atuação do Estado-Nação e legitimar o projeto expansionista alemão, para a nova geografia tal conceito será revisto. A partir de 1960 e mais especificamente na década de 1980 o conceito reaparece estando vinculados à idéia de poder e delimitado por fronteiras.

geógrafo Roberto Lobato Corrêa o desenvolvimento do estudo do espaço sob a ótica marxista se deve fundamentalmente ao aumento das contradições sociais e espaciais. Tanto nos países centrais quanto periféricos, devido à crise geral do capital⁶² no segundo pós-guerra. Esta transformação da geografia irá influenciar também a relação dos historiadores com o estudo do espaço que serão verificadas a partir da década de 1970.

Fabrice Ripoll e Vicent Verchambre⁶³ apontam uma importante transformação no campo da geografia: a substituição do termo “região” por “território”. Tal mudança, segundo esses autores, permitiu a o desenvolvimento de análises espaciais de base política e social. Que segundo as críticas da nova geografia, não eram possíveis no discurso regional. Yves Lacoste considera a “região vidaliana” como “conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações⁶⁴”. A partir da década de 1970, “região” aparecerá nos textos geográficos apenas para designar o desenvolvimento desigual de porções do “território”. Segundo B. Elissalde⁶⁵, a generalização do termo “território” ocorre no final da década de 1970 e início dos anos de 1980.

Entre os pioneiros no uso do termo “território”, encontramos algumas divergências. Um dos primeiros estudiosos a utilizá-lo foi Claude Raffestin⁶⁶ para quem “território” remete necessariamente a questões de poder⁶⁷. O território para Raffestin resulta da apropriação ao mesmo tempo concreta e abstrata pelo trabalho. É um espaço produzido pelo trabalho, projetado, seja energia ou informação, investido de signos culturais de uma sociedade.

“[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]”⁶⁸.

⁶² CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 28.

⁶³ RIPOLL, F., VESCHAMBRE, V. Les territoires des géographes. Quelques poenta de répere sur sus usages contenporains. In CURSENTE, B., MOUSNIER, M. (org). **Les territoires du medièviste**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2005, p. 271-291.

⁶⁴ LACOSTE, Yves. **Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988. p. 64.

⁶⁵ ELISSALDE, B. Une géographie des territoires. In **L’information géographique**, n ° 3, 2002, p. 193-205.

⁶⁶ RAFFESTIN, Claude. Ecogénèse territoriale et territorialité. In AURIAC, F., BRUNETT, r. (dir.) **Espace, jeux et enjeux**. Paris : Fayard, 1986, p. 175-185.

⁶⁷ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 53. Para explicitar o seu entendimento sobre o poder, Raffestin aplica as concepções de Michel Foucault entendendo “poder” como um conjunto de diferentes relações que permeiam determinados lugares.

⁶⁸ Ibid. p. 144.

Tal conceito buscou acompanhar as modificações reais do sistema político mundial. Tal enfoque atribui ao espaço um caráter inconstante. Seu território é empírico, oriundo das relações de poder, das relações simbólicas e das relações emocionais que representam diferentes intenções entre atores sociais⁶⁹. A partir desta noção, Raffestin apresenta a noção de “territorialidade”. Um conglomerado múltiplo do “vivido” territorial pelos membros de um grupo social ou de uma sociedade⁷⁰. Conseqüentemente, as relações apresentam características culturais diferenciadas, discursivas ou sógnicas resultando numa coerção física. Da noção de territorialidade forma-se o posicionamento identitário. O lugar do próprio, aqui o território - abstrato ou definido - político ou cultural os quais o ligam com a exterioridade⁷¹. Assim, Raffestin enfatiza que o território se forma pela vivência da sociedade expressa nas relações simbólico-significativas. Tais relações estabelecem um vínculo com o território através de territorialidades.

Dentre os precursores deste quadro geral de reformulação, destacou-se também por repensar o conceito de território Jöel Bonnameison. Em sua obra *Voyage autour du territoire dans l'espace géographique* de 1981, apresenta uma abordagem de caráter mais antropológico. Para ele, a territorialidade (formação dos territórios como identificação de pertencimento social a um determinado grupo) parte de etnia, que é resultante da relação cultural entre os grupos humanos dispostos em uma trama hierarquizada e interdependente. A terra constituiria um sistema espacial, um território em função da etnia e de sua relação com o espaço que ocupa. Para ele, nenhum indivíduo ou grupo escapa ao princípio de territorialização. Assim, não seria possível admitir a existência de grupos coerentes, nem de etnia e, nem mesmo de cultura, sem um “território-portador”. Assim, Bonnameison cria uma correspondência “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural⁷²”. De acordo com esse princípio, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos.

Embora atualmente o conceito de território tenha se imposto no mundo acadêmico de forma praticamente indiscutível, Ripoll e Veschambre nos alertam para os perigos gerados por

⁶⁹ Ibid. p. 59.

⁷⁰ Ibid. 159.

⁷¹ Ibid. 160.

⁷² BONNAMEISON, Joël. Voyage autour du territoire. In *L'espace géographique*, n° 4, 1998. p. 252-253.

uma hegemonia acrítica do mesmo, uma vez que este possui uma infinidade de significados. Jacques Lévy apresenta oito diferentes formas de descrição conceitual do que podemos chamar de definições para a utilização do termo território:

1. Negação do termo em favor da palavra “espaço”;
2. Território como sinônimo de espaço;
3. Acepção utilizada de forma mais freqüente por cientistas políticos e economistas, entendem território como sinônimo de “lugar”;
4. O termo “território” como meio para afirmação da materialidade do espaço, em detrimento de sua leitura idealista;
5. O sentido clássico de “território” como espaço contínuo, limitado por fronteiras e controlado por um Estado;
6. Como natural, região demarcada pelo mundo animal;
7. Território como “espaço apropriado” por diferentes comunidades, como símbolo de identificação;
8. Como resultado de uma evolução histórica do termo “meio”.

Independente da forma como o termo território é definido é incontestável que se encontra ligado ao termo “espaço”, não sendo possível definir o primeiro sem mencionar o segundo.

Independente da forma como o termo território é definido, para Lévy, é incontestável que este se encontra intimamente ligado ao termo “espaço”, não sendo possível definir o primeiro sem mencionar o segundo.

Se a geografia tem nos fornecido bases importantes para a análise do espaço, ela não será única. Uma série de contribuições advindas da sociologia trará importantes contribuições aos historiadores. A obra “*La production de l’ espace*”⁷³ do sociólogo francês Henri Lefebvre publicada em 1974 é um marco para a compreensão do assunto. Sobre uma ótica de influência marxista, Lefebvre, considera que o espaço só existe enquanto espaço social, palco das realizações do homem através de suas relações sociais, não possuindo assim, nenhum valor se analisado isoladamente.

...l’espace (social) n’est pas un choc parmi les choses, un produit quelconque parmi les produits; il envelope les choses produits, il comprend leurs relations dans leur

⁷³ LEFEBVRE, Henri. **La production de l’ espace**. Paris: Anthropos, 1986. (1974).

coexistence et leur simultanéité : ordre (relatif) et/ou désordre (relatif). Il résulte d'une suite et d'un ensemble d'opérations, et ne peut se réduire à un simple objet.⁷⁴

Lefebvre considera o espaço social historicamente produzido pelo homem à medida que este organiza política e economicamente a sociedade. A tese central com que Lefebvre trabalha é que cada sociedade cria seu próprio espaço e tempo. Estes por sua vez, não podem ser dissociados das relações sociais que os engendram. As representações do espaço, segundo Lefebvre, correspondem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes de uma sociedade, que estão intrinsecamente relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato, domínio do Estado e do poder hegemônico que no capitalismo esmaga e escraviza o espaço absoluto⁷⁵.

Lefebvre identifica três momentos da produção do espaço:

- a) Espaço concebido, definido como projeção sobre o terreno de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social⁷⁶.
- b) Espaço vivido ou espaço das representações: denota as diferenças em relação ao modo de vida programado.
- c) Espaço percebido: aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas, funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

O espaço social, então, se configura, para Lefebvre, como uma expressão concreta do espaço vivido através da apropriação das ações humanas. Esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações. A hegemonia do conceito de território observada

⁷⁴ Ibid. p. 88 (o espaço social não é uma coisa no meio de outras coisas, um produto qualquer no meio de outros produtos; ele envolve as coisas produzidas; ele abarca as suas relações na coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ela resulta de uma série e de um conjunto de operações e por isso não pode ser reduzido a um simples objeto.

⁷⁵ Ibid. p. 93. Por espaço absoluto o autor entende o conjunto constituído pelo espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido

⁷⁶ Ibid. p. 15 e 45. A prática espacial engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social.

na geografia será aliada as concepções da sociologia e finalmente aplicadas sob o campo da antropologia promovendo uma renovação historiográfica que será também percebida no estudo do espaço pela historiografia medieval.

A terceira geração: Ascensão da antropologia

Com a terceira geração da Escola dos *Annales* a relação íntima existente entre história e geografia sofre uma ruptura. Embora não seja totalmente abandonada a observação da relação homem/meio deixa de ser o principal modelo de observação do desenvolvimento histórico. Tal fator se deve principalmente a reformulação da geografia na década de 1960 em contestação à geografia vidaliana que propiciou a aproximação desta ciência a sociologia e a antropologia. A relação com a geografia vidaliana será aos poucos substituída pela antropologia. O desenvolvimento da historiografia foi significativamente marcado pela chamada virada antropológica ou culturalista (cultural turn). Fazendo da história das mentalidades o gênero historiográfico predominante da terceira geração da Escola dos *Annales*. A antropologia histórica de Jacques Le Goff trouxe ao campo da historiografia uma alteração no campo de pesquisa, colocando o imaginário e as representações em destaque. Embora este autor não tenha o espaço social como base de sua pesquisa sua importância para os modelos atuais de estudo do espaço na Idade Média se dá pela inserção da antropologia à pesquisa historiográfica. Assim, elementos antropológicos passam a ser incorporados às pesquisas históricas. Esta tendência de estudo histórico de fenômenos culturais, estimulou a utilização de métodos e modelos da antropologia às análises históricas. Tal relação propiciou a investigação da organização social. Tal mutação não pode ser atribuída unicamente ao estreitamento das relações entre as duas disciplinas, ou ao enfraquecimento da relação da história com a geografia. Embora tais afirmações se constituem em um de seus principais fatores. Outro fator a se observado é o contexto político-econômico do “terceiro mundo” e as pesquisas sociais aí desenvolvidas. As lutas de independência na África,

contra os regimes totalitários na América Latina e a valorização dos estudos culturais populares. Parte dos estudos históricos sobre a cultura passa a buscar referências teóricas, conceitos e ferramentas metodológicas capazes de extrair um entendimento completo dessas realidades sociais específicas e a se fazer a crítica do tipo de produção existente até o momento.

Segundo Jacques Le Goff, a aliança com a antropologia significou um importante passo nas relações interdisciplinares da história com as ciências sociais: “Após um divórcio de mais de dois séculos, historiadores e etnólogos mostram tendência para se aproximar. A história nova, após ter-se feito sociológica, tende a tornar-se etnológica.”⁷⁷ Tal constatação não era unilateral: em 1971, em entrevista na rádio France Culture ao programa *Lundis de l’histoire*, apresentado por Le Goff, o antropólogo Claude Lévi-Strauss afirma: “Tenho a impressão de que nós [antropólogos e historiadores] fazemos a mesma coisa. O grande livro da história é um ensaio etnográfico sobre as sociedades do passado”⁷⁸. A ancoragem historiográfica no campo antropológico unia forma descrição analítica e interpretação histórica de fenômenos sócio-culturais.

As décadas de 1960 e 1970 assistiram o apogeu do período estruturalista. A noção de estrutura é incorporada à esta nova história antropolizada⁷⁹. O conceito de longa duração de Braudel criou as condições de possibilidade para uma aproximação mais efetiva entre as duas disciplinas. A desmistificação da idéia de progresso e a desaceleração dos tempos da história conduziram ao estudo de dimensões “estacionárias” ou “frias”⁸⁰, em detrimento das dimensões “quentes” ou “cumulativas” da vida social. Segundo François Dosse, trata-se de um “tempo repetitivo, etnográfico” derivado da vida cotidiana. Assim, as pesquisas passam a se orientar para a análise histórica dos estratos mais profundos e inconscientes da vida social, o que se chamou de estruturas. O tempo das estruturas, conforme já visto na obra de Braudel, é um tempo lento, quase estacionário. Perceptível apenas na escala da longa duração. Assim, as estruturas determinam inconscientemente o *modus vivendi* cotidiano: os modos de ser, pensar, sentir, crer, viver e morrer. Segundo Le Goff, a longa duração não é forçosamente um longo período

⁷⁷ LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1979. p. 315.

⁷⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. Apud. DOSSE, François. **A História em Migalhas**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994. p. 169.

⁷⁹ Na trilha de Braudel, a mais clara definição de estrutura em história foi dada por Chaunu: “Tudo o que, numa sociedade, numa economia, é dotado de uma duração suficiente para que seu movimento escape à observação comum.” Apud AYMARD, 1993: 309)

⁸⁰ Ambas as expressões são de Lévi-Strauss.

cronológico; é aquela parte da história, a das estruturas, que evolui e muda o mais lentamente. Pode-se descobri-la e observá-la por um lapso de tempo relativamente curto, mas subjacente à história dos eventos e à conjuntura de médio prazo⁸¹.

A relação com a antropologia trouxe para a história um deslocamento dos métodos, dos conceitos, dos objetos, dos conteúdos e dos domínios da história. Para o historiador Antonio Paulo Benatte, o contato com o estilo de observação antropológica ampliou o campo de reflexão e investigação dos historiadores. A importância de fenômenos culturais no entendimento dos processos de formação das sociedades passadas estimulou a utilização de métodos e modelos explicativos da antropologia, traduzidos e adaptados às análises históricas onde se observa um deslocamento do foco dos historiadores do meio físico para o campo das relações sociais. Um novo desafio seria lançado aos medievalistas. Estudar o espaço não através das relações entre os homens e o meio, mas através da ligação entre relações sociais e organização territorial. Desta forma, verifica-se a necessário contextualizar os conceitos renovados da geografia e sociologia de espaço e território e seu uso entre os medievalistas. A transformação ocorrida após 1980 se constitui a partir da observação da evolução dos territórios, procurando analisar as transformações das estruturas do habitat. A ocupação do solo passou a ser analisada através da geo-história, baseada no estudo semântico dos vocábulos, campo sob o qual se desenvolveu a pesquisa das comunidades, paróquias, igrejas e igrejas na Idade Média⁸².

⁸¹ LE GOFF, Jacques. Prefácio, in BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio*, França e Inglaterra. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 17.

⁸² ZADORA-RIO, Elisabeth. Archéologie et toponymie: le divorce. *Les petits cahiers d'Anatole*, n° 8, 2001, p. 17. <http://www.univ-tours.fr/lat/pdf/F28.pdf>

CAPÍTULO II:

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE: “ENCASTELAMENTO”,
“ENCELULAMENTO” E “ENCLESIAMENTO”.

Dedicaremos este capítulo às três categorias historiográficas que descrevem a ocupação e reorganização do solo entre os séculos IX a XII e que julgamos serem cruciais para o estudo do espaço medieval nos últimos 30 anos. Criados respectivamente nos anos de 1973, 1982 e 1997, os modelos de “encastelamento”, “encelulamento” e “enclesiamento” buscaram, cada um com os aparatos metodológicos próprio de seu período de escrita, compreender as transformações no âmbito social, da reconfiguração do povoamento durante os séculos pesquisados.

O “encastelamento”

Em 1973, o medievalista francês Pierre Toubert, abriu um marco para o estudo do espaço com sua rica tese sobre a região do Lácio na Idade Média central⁸³. Ao identificar e nomear o movimento de reestruturação do assentamento a terra, Toubert renovou os estudos do espaço passando a servir de modelo para diversos estudos históricos e de arqueologia medieval. O modelo de Toubert propõe que os homens se concentram em torno de *villas* fortificadas e de castra. Estes foram vistos pelo autor não apenas do ponto de vista militar, mas também fiscal e jurídico como elementos estruturantes do espaço. Toubert chamou esse processo de “encastelamento”. Por sua vez, este era explicado pelo autor por meio dos conceitos “centralidade”, “polarização” e “territorialidade”. Este movimento na região do Lácio é datável: ele ocorre entre os anos de 920 e 1030, períodos em que se multiplicam os povoados fortificados, tanto de origem laica como eclesiásticas através da reunião, em centros fortificados, de uma população ainda dispersa. Em ruptura com a organização precedente das campanhas no sistema do grande domínio. O processo de encastelamento é o fruto do crescimento demográfico e econômico iniciado na primeira metade IX século e evolui até o século X quando o mapa do povoamento doravante é estabilizado. Tal modelo, conforme Pierre Toubert elaborou a partir das fontes escritas do Lácio, em especial da região da Sabina, amplamente documentada pelos cartulários da abadia de Farfa (mais de três mil atos no início século X) combina três fenômenos estreitamente encaixados entre si: a concentração da população campesina, a fortificação das aldeias e a constituição das vinhas. Fatores que demonstram a preocupação com a ocupação do solo e com as técnicas de cultivo.

⁸³ TOUBERT, Pierre. **Les structures du Latium médiéval. Le latium médiéval et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle**, École Française de Rome : Palais Farnèse, 1973.

Segundo Toubert este fenômeno ocorre sob a forma de uma mutação estrutural que se dá na esfera da organização do habitat e nas formas de ocupação do solo⁸⁴ ao qual o autor concebe como uma “revolução castral⁸⁵”. Esta visão não exclui evidentemente a existência de fortificações mais antigas, porém a grande mudança é que neste momento o *castrum* passa a ser a célula de base da organização do território através do deslocamento da população para espaços fechados, tendo como origem o crescimento demográfico que se inicia no século VIII. Ao contrário das antigas fortificações, que possuíam caráter de proteção contra as invasões muçulmanas. As relações deste novo *castrum* com as incursões Sarrasenas são indiretos⁸⁶. O episódio do trigo mourisco atingiu a região do Lácio nas décadas 870-910 enquanto que o movimento de “encastelamento” não começa antes de 920. Desta forma, Toubert afirma que esta nova forma de agrupamento fortificado não visa proteção da população. Estes servem de quadro à reorganização da populacional. É também no quadro rígido dos novos habitats que toma forma na segunda metade do século XI, o senhorio banal. O resultado deste processo será a criação de senhorios, leigos e eclesiásticos (às vezes associados), como modelo de afirmação de um poder que se configura através da reunião não espontânea dos camponeses. Este se constitui então através do deslocamento da população para espaços fechados, tendo como origem o crescimento demográfico que se inicia no século VIII. O reagrupamento dos camponeses nestes novos assentamentos fortificados transforma profundamente seu estatuto e modo de vida. Estes não são marginais, uma vez que seu “encastelamento” ocorre depois de um deslocamento modesto. Estes habitantes estão constituídos por grupos familiares (ou multi-familiares) já estabelecidos⁸⁷. Por fim, serve de sede às novas igrejas. A evolução econômica, social, política, faz-se doravante no âmbito do *castrum*. Estrutura básica de um mundo qualificado pelo autor como feudal.

Efetivamente, desde os anos 1950, verificamos uma tendência em que o feudalismo é entendido como uma forma específica de organização técnica e social do processo de produção, de apropriação dos excedentes e de organização político-institucional. Neste ponto, não verificamos na obra de Toubert uma grande renovação em relação a esse tipo de modelo, comum ao período de sua escrita. Seu método consiste em recortar um determinado território em um

⁸⁴ Ibid.. p. 315.

⁸⁵ Ibid. p. 338. Esta visão não exclui evidentemente a existência de fortificações mais antigas, porém a grande mudança é que neste momento o *castrum* passa a ser a célula de base da organização do território através do deslocamento da população para espaços fechados, tendo como origem o crescimento demográfico que se inicia no século VIII.

⁸⁶ Ibid. p. 422.

⁸⁷ Ibidem. p. 325

período determinado e estudá-lo em suas mais variadas facetas⁸⁸, se aproximando assim das aspirações de Pierre Vilar de uma História total⁸⁹. A grande questão posta por Toubert é a análise estrutural onde o objeto principal de estudo é a organização espacial enquanto ferramenta para compreensão do feudalismo. Um movimento polarizado de fixação do solo através de uma atração ao centro administrativo e político que para o autor é o castelo. Assim, o *castrum* torna-se a célula básica da organização do território. Neste sentido, as reflexões de Toubert trouxeram uma renovação ao campo da historiografia ao propor uma ampliação do marco cronológico como do espaço.

Transformação diretamente ligada á questão da reforma gregoriana que de um modo geral, será responsável por uma nova cultura que consequentemente gera alterações no padrão do habitat. Para Toubert, o colapso do poder carolíngio e o crescimento demográfico que se seguiu ao século IX fizeram do século X uma era de crise política e social. A inexistência de uma autoridade régia capaz de se fazer obedecer deu lugar ao livre curso das rivalidades e ambições materiais das aristocracias locais. Tal situação levou os homens a se reorganizarem espacialmente criando núcleos de povoamento polarizados. Ao colocar o castelo no centro desta nova organização sócio-espacial o modelo de Toubert apresenta problemas. O mais importante deles é sua incapacidade de dar das novas estruturas de povoamento⁹⁰ que escapam ao modelo de “encastelamento”. Formação aliás, que não se verificou em toda a Europa. Para Duby e Bonassie a cronologia do “encastelamento” é específica do desenvolvimento italiano. A mudança social e institucional proposta por Toubert, como reflexão sobre a natureza do governo e as conseqüências de sua exclusão ou a sua revogação não ocorre de forma homogenia em toda a Europa. Segundo estes autores, o poder público na França - ao contrário do caso italiano - se mantém até o século XI. O modelo de pensamento de Toubert é diferente. Ele propõe que o fenômeno de “encastelamento” se configura por uma total ausência do poder público. A reconfiguração da população e as estruturas do edifício medieval em torno do castelo na região do Lácio resultam dessa deficiência. Que na Itália se inicia entre 875 e 900.

⁸⁸ FACI, Javier. Algunas observaciones sobre la obra de Pierre Toubert In **L’incastellamento**. Actes des rencontres de Gérone (26-27 novembre 1992) et de Rome (5-7 mai 1994), Roma, 1998. p. 43-49.

⁸⁹ VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. Barcelona: Crítica, 1982. p. 67. Para Pierre Vilar a história total é concebida a partir da incorporação do marxismo através dos modos de produção. Segundo ele, “um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total”, é o modelo capaz de assegurar uma explicação racional do funcionamento das sociedades humanas possibilitando aproximar-se de uma explicação científica das sociedades humanas.

⁹⁰ WICKHAM, Chris. A che serve l’incastellamento? In **L’incastellamento**. Actes des rencontres de Gérone (26-27 novembre 1992) et de Rome (5-7 mai 1994), Roma, 1998. p. 31-41.

O “encelulamento”

Seguindo também uma linha teórica de origem marxista e preocupado com as estruturas feudais, Robert Fossier busca ultrapassar as limitações geográficas do estudo do “encastelamento”, lançando em 1982 o seu modelo de “encelulamento” no qual viria a trabalhar com base na transformação dos assentamentos rurais entre os séculos X e XIII. Fossier põe em evidência para o período a fixação de células de povoamento a serviço de um senhorio. Para tanto, Fossier se utiliza das idéias de Toubert sobre o “encastelamento” para explicar transformações espaciais que se deram não apenas em povoados fortificados, mas em variadas formas de agrupamentos rurais.

Segundo o autor, o “encelulamento”:

Il s’agit, en effet, d’une prise en mains des hommes jusqu’alors dispersés, d’un contrôle économique de leur travail, d’une pesée sociale et morale exercée sur leurs usages, éléments à peine entrevus à l’époque carolingienne⁹¹.

A ocupação do solo, até então dispersiva, tornava-se densa e espessa. As populações rurais confluíam para a formação de nichos habitacionais cerrados, compactos, dando forma a malhas urbanizadas concêntricas e nucleadas por fortificações senhoriais. Este processo de saturação dos veios demográficos ocidentais alterou decisivamente as relações sociais: estreitou a integração comunitária, alterou formas de sociabilidade, recompôs rotinas de convivência e de solidariedade. O modelo territorial de Fossier aponta que da polarização do espaço social ocorre através de uma mudança nos padrões sociais. Uma polarização do espaço social. O desenvolvimento de uma malha senhorial, mais do que feudal, acarretando a reformulação da

⁹¹ FOSSIER, Robert. **L’Occident medieval Ve – XIIIe siècle**. Paris: Hachette Livres, 1995, p. 53. (Trata-se, em efeito, de uma tomada na mão dos homens até então dispersos, de um controle econômico de seu trabalho, de uma pesagem social e moral exercido em seus usos, elementos mal vislumbrados à época carolíngia).

habitação, que pode ocorrer em torno da igreja ou do castelo. Tal processo irá dar origem à formação de vilas de habitantes. O “encelulamento” segundo Fossier, não pode ser visto como uma fixação autoritária na terra, como o “encastelamento”, este teria se dado por meio de uma fixação voluntária, ou simbólica, pela atração aos locais sagrados, pela concessão segundo o direito do lugar ou por meio de hereditariedade. Estes produzem o sentido de pertencimento que se dá em dois sentidos: paroquial e territorial⁹². Um processo de recuperação de espaços de sepultamento, igrejas e habitats, o que corresponde será visto como a gênese da "aldeia". Duas conclusões parecem ser claras. A primeira é a natureza altamente progressiva dos agrupamentos da população em torno de pontos fixos e perenes. O “encelulamento” culmina em um processo secular. Ele caracteriza pelo abandono, ao longo dos séculos X e XI, certo número de localidades rurais. A segunda diz respeito ao papel dominante que a área da igreja e enterro parece ter desempenhado no início do processo de consolidação das áreas de habitação através da criação e proliferação de edifícios eclesiais, as áreas de sepultamento, e na estruturação de formas de vida social em torno desses pólos. A "aldeia" também é uma "paróquia", ou pelo menos a "paróquia".

⁹² Ibid. p. 5.

O “enclesiamento”: a *Ecclesia*⁹³ como centro da organização social do espaço

Michel Lauwers compartilha esta visão de Fossier e vai além. Sua tese⁹⁴ propõe uma renovação para as questões da ocupação do solo ao formular que o agrupamento social se dá por meio da atração dos locais sagrados. Lauwers fala de uma organização social cristalizada em torno dos lugares de culto a partir do período carolíngio à qual dá o nome de “enclesiamento”. Em sua tese, o autor busca demonstrar que a *Ecclesia*, entidade de ordem espiritual, se configura durante a Idade Média também como entidade territorial e social⁹⁵. O “enclesiamento” ocorre através da polarização em torno dos locais de culto e de espaços de sepultamento consagrados, criando um quadro social de identidade social cristã. Embora Fossier já houvesse demonstrado a importância dos lugares de culto no cenário da vila e da paróquia Lauwers vai além identificando a função social da *Ecclesia* através de dois movimentos distintos: espacialização e sacralização. Dessa forma demonstra como o território se organiza em função da “espacialização do sagrado” e de círculos concêntricos aos locais de culto. A partir do século XII, a polarização de organização social em torno desses novos conjuntos - igreja e cemitério cristão – se tornam a base para a constituição das cidades medievais.

Esta atração se dá principalmente por meio da normatização dos rituais da *Ecclesia* e do culto aos mortos. Os rituais de consagração tornam o terreno do cemitério e o edifício eclesial

⁹³ A opção de conservar a expressão latina *Ecclesia* em detrimento de Igreja, visa sublinhar o caráter globalizante desta instituição, na Idade Média, consideramos que a palavra Igreja traduz imperfeitamente. Desta forma, utilizaremos a palavra igreja para designar o edifício eclesial, enquanto *Ecclésia* será utilizado para designar a instituição. Ver GUERREAU, Alain. **L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXI^e siècle?**. Paris: Le Seuil, 2001. ⁹³ Utilizamos a palavra “igreja” com letra minúscula para designar o edifício eclesial, o templo.

⁹⁴ LAUWERS, Michel. **La mémoire des ancêtres, le souci des morts. Morts, rites et société au Moyen âge (diocèse de Liège, XI^e – XII^e siècle)**, Paris : Beauchesne, 1997.

⁹⁵ LAUWERS, Michel. **Naissance du Cimetière: lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident medieval**. Paris: Aubier, 2005. p. 269.

espaços fortemente investidos de poder sagrado em torno dos quais se estabelecem práticas sociais geradoras do território paroquial⁹⁶. Ao colocar a *Ecclesia* no coração do processo social, Lauwers busca superar a divisão tradicional entre "história institucional", "história religiosa", "história econômica" e "história política" com base em categorias específicas da sociedade contemporânea e completamente estranha à sociedade medieval. Neste sentido seus estudos são fortemente influenciados pelo trabalho de Alain Guerreau. Particularmente em superar as divisões anacrônicas através da construção de uma “história medieval total”, com base em uma revolução epistemológica. Que segundo Guerreau, seria a única maneira de entender a estrutura e dinâmica da sociedade medieval⁹⁷.

Para definir o movimento que denominou como “enclesiamento” Lauwers identifica um processo duplo. Reflexo do movimento de inscrição da Igreja na sociedade medieval: o de "espacialização" e "espiritualização" da *Ecclesia*. A “espacialização” ocorre de duas maneiras: através da criação de uma rede de locais sagrados e a da "extensão" do sagrado em círculos concêntricos em torno dos lugares de culto. Para Lauwers, o cemitério cristão encontra-se no conjunto deste duplo movimento sendo um dos principais pontos de convergência entre eles. Em seu ensaio *Lieux sacrés, espace funéraire et propriété ecclésiale*, Lauwers apresenta uma síntese de três partes para esse processo de espacialização. Na primeira parte (A igreja e o cemitério) considera o movimento lento de polarização social em torno de locais de sepultamento e lugares de culto a partir do período carolíngio até o século XIII. Na segunda parte (O que é um lugar sagrado na Europa medieval?) propõe um percurso através das reflexões dos teólogos, canonistas e liturgistas dos séculos XII e XIII. Tais reflexões são analisadas em relação com as práticas sociais que buscam justificar, alterar ou modificar. A terceira parte (Propriedade e uso da terra cemiterial) trata da situação dos locais sagrados (igrejas e cemitérios) no circuito de troca. A partir da exegese cristã Lauwers verifica os modos de utilização adequada de sepultamento e do terreno do cemitério, e que liga as práticas sociais.

Por "espiritualização" Lauwers caracteriza os esforços da instituição eclesiástica em estabelecer, na terra, uma “comunidade espiritual”. Um desejo de fixar o parentesco de laços espirituais, que definem a comunidade de fiéis, como forma de estruturação da sociedade. Sujeito à paternidade de Deus, os cristãos, cujo batismo marca o nascimento espiritual, iniciam uma

⁹⁶ Questão que retomaremos no próximo capítulo.

⁹⁷ GUERREAU, Alain. *L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXI^e siècle?*. Paris: Le Seuil, 2001.

jornada rumo à salvação sob a orientação dos clérigos. Sua abordagem se baseia nos trabalhos sobre a santidade, presentes nas estratégias discursivas da igreja medieval. Assim, seu interesse se volta a "palavra do pregador", a recusa dos votos pelos hereges e nas hagiografias dos séculos XI e XII. Realiza um estudo de "usos" e "funções" de ênfase hagiográfica e pastoral sobre a análise dos interesses da comunidade que os produziu. A partir destes escritos Lauwers identifica três diferentes momentos da formação do processo de “enclesiamento”. O período carolíngio, marcado por uma nova atenção a *Ecclesia*, como uma pedra de construção. O período entre os séculos IX e XII, momento em que os bispos reformadores, citando o direito romano, desenvolvem a categoria de *res nullius* (pertencente a ninguém), que são incluídos os lugares de culto, cemitérios e os bens da igreja. Os séculos XII e XIII onde se verifica a afirmação do cemitério cristão e reflexões contemporâneas sobre a natureza deste novo espaço, tais como a expansão de um cemitério, a possibilidade de venda de sua terra, novos conceitos do estatuto do cemitério dedicado, definindo o âmbito das atividades possíveis dentro de seus muros.

Ao contrário das categorias de “encastelamento” e “encelulamento”, vistos pelos historiadores como uma reorganização relativamente súbita e abrupta dos laços sociais e do espaço, o “enclesiamento” se refere a um fenômeno que pode ser compreendido apenas no longo prazo e identifica o movimento progressista para a inclusão da *Ecclesia* na sociedade. O conceito de “enclesiamento” apresenta uma relação sobre o desenvolvimento de uma ideologia, ou seja, discurso produzido pelos clérigos da Idade Média, que impôs uma imagem de *Ecclesia* feita de todos os fiéis: vivos e mortos. Identificados no corpo social e enraizado em lugares particulares. Por fim, o que se propõe não é um conceito definitivo, mas uma ferramenta versátil a ser utilizada por historiadores e arqueólogos.

CAPÍTULO III

A ESPACIALIZAÇÃO DO SAGRADO

O estudo da dinâmica espacial da *Ecclesia* irá se desenvolver na historiografia francesa a partir do final da década de 1980 por meio do estudo das relíquias, da consagração do espaço, dos locais de culto, da formação das paróquias, da consagração de igrejas e cemitérios e das concessões de privilégios. Estes configuram o espaço na sociedade cristã, permitindo o estabelecimento de uma rede concêntrica que se forma pela atração do sagrado através dos sacramentos e da liturgia. Portanto, o sagrado está no cerne de todas essas abordagens. Neste capítulo nos dedicaremos à expansão espacial da sociedade cristã, através da constituição do espaço sagrado em pólos, que se tornaram base para a territorialização.

Os modelos de análise da inscrição espacial da Igreja têm unido historiadores, arqueólogos e historiadores da arte em torno da discussão da formação dos quadros sociais medievais. Neles o edifício eclesial, a paróquia e o cemitério cristão serão as bases para a construção da identidade social cristã. Tal fenômeno é observado com mais precisão pela historiografia, no período que se estende da metade do século IX ao século XIII.

A Consagração da *Ecclesia*

Na compreensão da organização do espaço na Idade Média entre os séculos IX a XII, o ritual de encenação da consagração da Igreja tem sido frequentemente analisado pelos medievalistas a partir da década de 1990. O que é se põe em questão nesta prática é a própria noção de "sagrado", que para Didier Méhu pode ser descrito neste período como um lugar de construção, ou objeto, que tenha sido transformada através do poder eclesiástico por meios rituais. Embora o ritual da consagração da igreja⁹⁸ não tenha surgido na Idade Média Central, Méhu enfatiza que o viés de limitar a análise neste período se deve à normatização da liturgia realizada pela reforma gregoriana⁹⁹. A introdução das relíquias no altar, a aspersão da água benta e unção com óleo e crisma, - elementos essenciais do ritual de consagração – é verificada desde os séculos IV e V. Com a normatização do ritual de consagração estes ritos foram complementados por uma entrada cerimonial na igreja. Realizado por uma procissão ao redor do edifício, pela inclusão de letras do alfabeto no chão e uma aspersão de água benta sobre as paredes do edifício da igreja¹⁰⁰. A partir do século IX, a igreja consagrada é incorporada como uma forma de organização territorial. Entendida como materialidade do espaço real.

A historiografia têm nos apresentado três diferentes formas de abordagem para este tipo de estudo. O primeiro diz respeito à análise do próprio ritual, sua evolução, sua coerência, o seu impacto e as manifestações materiais da cerimônia. Esta abordagem procura compreender o papel da normalização do ritual e sua relação com as práticas sociais da comunidade. O segundo diz respeito aos padrões de codificação e exegese do ritual. A terceira analisa os efeitos sociais sobre o próprio edifício eclesial.

Para Dominique Iogna-Prat compreende o estudo do ritual de consagração através da apropriação por parte da Igreja dos fundamentos romanos da noção de sagrado. Ao realizar um

⁹⁸ Utilizamos a palavra “igreja” com letra minúscula para designar o edifício eclesial, o templo.

⁹⁹ A introdução das relíquias, dentro do altar do edifício, a aspersão da água benta e unção com óleo e crisma, elementos essenciais do ritual de consagração, podem ser verificados a partir do século IV e V.

¹⁰⁰ IOGNA-PRAT, Dominique. **La maison dieu. Une histoire monumentale de l'Eglise au Moyen Âge (800-1200)**. Paris : Editions du Seuil, 2006. part. 2

estudo semântico dos termos *saccer* (sagrado) e *sanctus* (santo), presentes nos documentos eclesiais do século XII, Iogna-Prat identifica uma raiz comum aos termos: *sancio* (sanção) proveniente do direito romano. Para autor, esta raiz semântica permite distinguir os objetos por meio do direito humano e do direito divino, qualificados de três maneiras: sagrado, santo e religioso¹⁰¹. Retomando o direito civil romano, Iogna-Prat identifica o termo *sanctus* como relativo a tudo que está interdito ao alcance humano. Portanto, submetido à sanção (*sancire*). Tal termo teria sofrido uma evolução tardia onde *sanctus* será retomado como “coisa divina” que o autor compreende como evolução do qualificativo “sagrado” e do conjunto de seu campo semântico no Ocidente cristão¹⁰². Tais questões são debatidas no segundo capítulo de *La maison Dieu*¹⁰³, onde o autor concebe a Igreja como instituição totalizante, uma “fabrica social”, onde “sagrado” e “consagrando” são as bases do estabelecimento do que Iogna-Prat chamou de “monumentalização do edifício eclesial”, uma “petrificação do sagrado”. Assim, estabelece a criação de um espaço social sagrado, fundamentado através da consagração e dedicação das igrejas. A consagração reflete um lugar real, de adoração, de identidade comunal. Delimitando fronteiras de pertencimento à sociedade cristã através de uma relação sacramental fixada sobre um terreno. O que gera de matrizes territoriais concêntricas.

Em *Historiae et imagines de la consécration de l'église dans l'Occident medieval*¹⁰⁴, Didier Méhu enfatiza esta metodologia como bases para uma leitura adequada das fontes e dos vestígios materiais. Para Méhu, alguns elementos devem ser observados. Em primeiro lugar ele destaca a importância do estudo lexical, uma vez que o termo “consagração” não é o recorrente nos textos medievais. Este aparece segundo o autor, frequentemente associada ou substituída por *benedictio* (benção), ou ainda de *sanctificatio* (santificação), *dedicatio* (dedicação). Tal vocabulário definiria um processo ritualizado no edifício da igreja por meio de uma sucessão de processos: unção, purificação, bênção e transferência das relíquias. Tal ritual possuiria uma analogia com o batismo. A cerimônia, apresentada como o ato de fundação de um novo tempo-espaço, polarizado pela construção da igreja. A deposição de relíquias no altar e a celebração do

¹⁰¹ IOGNA-PRAT, Dominique. De l'usage du sacré en Histoire médiévale. In **Collections Ménéstrel** (on-line), 2010. <http://www.menestrel.fr/spip.php?article1652#1653>

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ IOGNA-PRAT, Dominique. **La maison dieu. Une histoire monumentale de l'Eglise au Moyen Âge (800-1200)**. Paris : Editions du Seuil, 2006.

¹⁰⁴ MEHU, Didier. *Historiae et imagines de la consécration de l'église dans l'Occident médiéval*. In MEHU, Didier (dir.) In: **Mises en scène et mémoires et de la consécration de l'église dans l'Occident médiéval**, Turnhout: Brepols (Collection d'études médiévales de Nice, 7), 2008. p. 15-48.

sacramento eucarístico são os atos fundadores desta encenação. Assim, a liturgia sacramental se constitui como uma valiosa fonte para sua pesquisa, permitindo ao historiador reconstruir, compreender e interpretar o ritual. Em segundo lugar, destaca a importância do discurso. Neste caso o autor toma como fonte o sermão performativo, encenado e integrado no ritual e nas práticas sociais. que participa ativamente no sistema de constituição de espacialização.

A preocupação verificada na precisão da liturgia é visto por Didier Méhu como reflexo do desejo de padronização ritual da Igreja Romana. Uma busca por proporcionar aos celebrantes ferramentas práticas para realização de suas funções. Méhu entende esta normatização não como mera formalidade, mas como um espelho que reflete a articulação progressiva da Igreja de reflexão eclesiológica ao redor do magistério episcopal e local de culto. A dramatização e dedicação expressariam seus significados implícitos. Eles demonstram um grau de consciência aguda do papel transitório da cerimônia e do local, que a partir desta cerimônia sofre uma transmutação, passando a representar a antecâmara do paraíso. Um lugar profundamente humano - a igreja, um edifício de pedra e cal levantadas pelos homens – que irá se configurar como um local sagrado propício a todos os *Transitus* da terra ao céu¹⁰⁵.

Méhu descreve a organização cerimonial em uma sequência codificada em 13 etapas: a transferência das relíquias, a vigília da véspera da cerimônia; a entrada solene das relíquias e do Bispo; a separação entre os celebrantes e a comunidade - que devem aguardar fora da igreja; a iluminação da igreja com doze velas; a unção; a liturgia e os gestos que irá permitir a efetivação do ritual; a água com sal, cinza, vinho, incenso e crisma; purificação do altar, pulverização dentro e fora da igreja com uma multidão; figuração e a antecipação de futuras funções do edifício, marcando o sinal da cruz, as letras do alfabeto e das palavras, a unção do altar e das paredes; sermão da igreja para o povo, que finalmente entra na igreja; deposição de relíquias do altar, a bênção corporal; iluminação total da igreja e, finalmente, celebração a primeira missa. Esse ritual, misturando palavras e gestos, cheiros e luz por seu poder simbólico e performativo altera a natureza do lugar e do prédio da santificação que será a partir da consagração um local de comunicação entre o céu e a terra, entre a comunidade e o seu criador.

¹⁰⁵ Ibid. p. 32.

Função Social da Paróquia e do Cemitério cristão como Gênese da construção territorial

Nesta parte da pesquisa nos dedicaremos ao estudo das relações entre os centros paroquiais, o nascimento do cemitério cristão e a formação das comunidades paroquiais. Apresentaremos dois enfoques: as estruturas administrativa da *Ecclésia* e os usos da terra paroquial. Analisando as fontes normativas, práticas litúrgicas e tomando por base evidências arqueológicas, historiadores e arqueólogos têm desenvolvido diversos debates acerca da criação das redes de paroquiais. Formas próprias da organização territorial das sociedades medievais. O processo de regionalização da paróquia, que começa por volta do século IX e encontra a sua expressão completa no direito canônico em 1250. A paróquia é definida como uma área circunscrita por fronteiras reconhecidas, que é parte da vida dos fiéis em que a igreja espiritual exerce seu direito.

Anteriormente a década de 1970, se verifica uma tendência comum entre historiadores em identificar a paróquia como circunscrição eclesiástica de base hierárquica, administrativa e territorial, fundada durante a cristianização do Império Romano¹⁰⁶. Assim, encontramos referências frequentes à paróquia merovíngia e carolíngia¹⁰⁷. Segundo Dominique-Iogna Prat e Elisabeth Zadora-Rio a análise morfológica dos limites municipais conforme fora verificada na década de 1930 por Chaume é compreensível, especialmente considerando os mapas disponíveis no período¹⁰⁸. Michel Lauwers identifica esta tendência à observação indiscriminada da palavra *parochiae* nos textos da época¹⁰⁹. Para a interpretação correta da presença deste termo, Lauwers chama atenção à renovação trazida à leitura destes documentos a partir dos estudos lexicais.

¹⁰⁶ CHAUME, M. Le mode de constitution et de limitation des paroisses rurales aux temps mérovingiens et carolingiens, In **Revue Mabillon** 27, 1937, p.61-73.

¹⁰⁷ LAUWERS, Michel. Paroisse, paroissiens et territoire. Remarques sur *parochia* dans les textes latins du Moyen Âge, **Médiévales** 49. <http://medievales.revues.org/1260>

¹⁰⁸ IOGNA-PRAT, Dominique; ZADORA-RIO, Elisabeth. Formation et transformations des territoires paroissiaux. **Médiévales**, 49, 2005, <http://medievales.revues.org/1200>

¹⁰⁹ LAUWERS, Michel. Paroisse, paroissiens et territoire. Remarques sur *parochia* dans les textes latins du Moyen Âge. **Médiévales**, 49, 2005, <http://medievales.revues.org/1260>

Conforme já demonstramos no capítulo anterior, diversos estudos desenvolvidos a partir da década de 1970 têm chamado a atenção para os fenômenos de ruptura e de reorganização do povoamento na Idade Média. Tais estudos destacam em particular a organização territorial ocorrida entre os séculos IX a XIII como os modelos de “encastelamento”, “encelulamento” e enclesiamento. Observa-se neste período uma decadência da maior parte das estruturas territoriais do mundo antigo acompanhado por um lento movimento de fixação dos homens em zonas rurais, em torno das igrejas e do cemitério cristão. Tal movimento - é verificável pelo aumento da constituição de Paróquias constituindo formas territoriais. Movimento compreendido como gênese das cidades medievais.

Lauwers enfatiza que a gestão do espaço sagrado vem após um período de “desterritorialização” no início da Idade Média. A partir do século V, as autoridades eclesiásticas produzem um discurso afirmando formas de dominação e dependência não-territorial¹¹¹. Tal discurso se deve, provavelmente, a transformação nos modelos de relações sociais em espirituais. A base territorial ou a sua negação no desenvolvimento do cristianismo é compreensível se distinguido cuidadosamente a teoria e a realidade. Deve-se notar que, paradoxalmente, o registro espacial e a espiritualização do sagrado foram processos simultâneos. O cristianismo é uma religião voltada a um "mundo exterior". Seus seguidores são peregrinos na terra. As igrejas e o cemitério cristão, espaços sagrados seculares, se constituem como uma ligação entre o homem e Deus. Entre a Terra e a Jerusalém Celeste. Assim, a paróquia é entendida como entidade administrativa que organiza espacialmente a comunidade de fiéis: os cristãos. A própria noção de *Ecclesia* é fundada sobre este conceito: o cristianismo. O cristianismo só existe na *Ecclesia*.

Neste sentido a pesquisa de Piroška Nagy sobre o conceito de *Christianitas* é esclarecedora. Como parte da investigação sobre o território e territorialização da paróquia, verificamos uma ênfase na utilização e significado deste conceito, como noção de pertencimento à comunidade dos fiéis inscrita sobre o local. Uma territorialização do espaço da cristandade¹¹². A proposta da autora é fazer uma distinção entre “espacialização” e “territorialização” como dois tipos de relação com o espaço e duas fases sucessivas do processo durante a Idade Média. A expressão “espacialização do sagrado”, criada por Michel Lauwers e amplamente debatido por

¹¹⁰ FOSSIER, Robert. *En face de l'Europe, Xe – XIIe siècle. Aspects économiques et sociaux*. Paris, 1982.

¹¹¹ LAUWERS, Michel. *Représentation et gestion de l'espace dans l'Occident médiéval. Actes du Colloque Rome et l'État moderne européen : une comparaison typologique*.

¹¹² NAGY, Piroška. *La notion de christianitas et la espacialisation du sacré au Xe siècle: un sermon d'Abbon de Saint Germain*. In **Revue Médiévales**, 49, 2005. <http://medievales.revues.org/1252>

Dominique Prat-Iogna é vista por Nagy como a primeira âncora da expansão espacial da sociedade cristã. Esta se dá através do pólo sagrado do espaço. Neste primeiro nível estão o ritual de consagração de igrejas e cemitérios e as concessões de privilégios. Já a “territorialização do lugar sagrado”, se relaciona ao discurso da reforma Gregoriana na Idade Média Central. A *Ecclesia* e o seu lugar na sociedade (1050-1215).

Outro fator importante para esta renovação é o desenvolvimento da arqueologia de campo na década de 1970 e, especialmente, de 1980. Este trouxe para os estudos medievais uma série de contribuições na compreensão da formação da paróquia como entidade território e na reconfiguração do cemitério cristão. A proliferação de escavações propicia a observação da natureza mutável da habitação rural. Tal fator possibilitou a renovação do estudo da paróquia em oposição aos estudos anteriores a este período propostos por Arbois Jubainville e Fustel de Coulanges. Tais autores estabeleceram uma ligação direta entre a vila medieval e a galoromana¹¹³. Segundo Elizabeth Zadora-Rio e Dominique Iogna-Prat esta interpretação dos autores se deve a observação de um movimento de hierarquização das igrejas rurais que pode ser observado a partir do século V. O estabelecimento de hierarquia entre as igrejas que têm o direito de batizar e celebrar as grandes festas do calendário litúrgico e aquelas que não o têm. Tal fator, conforme Zadora-Rio e Iogna-Prat, não configura a existência de uma paróquia. Sendo que tal noção é vista pelos autores como embrionária no século IX, florescendo entre os séculos XI e XII, assumindo sua forma final no Antigo Regime.

Tomando como base os estudos de arqueologia e semântica, os medievalistas passaram a considerar a constituição da paróquia, intrínseca à organização da sociedade cristã. Este processo é caracterizado através de um fenômeno complexo que se dá através de três elementos: o agrupamento e a fixação do homem nas proximidades locais de culto, a constituição de entidades territoriais correspondentes a esses grupos, a interligação entre a Igreja e os territórios estabelecidos através dos sacramentos (batismo, reconciliação ou confissão e enterro) e da cobrança de dízimo. Tais elementos geram um modelo de espacialização voltado ao

¹¹³ IOGNA-PRAT, Dominique e ZADORA-RIO, Elisabeth. Formation et transformations des territoires paroussiaux, In *RevueMedévales*, 49, 2005, <http://medievales.revues.org/1200>

sagrado¹¹⁴. Desta forma, a gênese da paróquia só poderia ser compreendida através da observação do papel desempenhado pelo altar, o batistério, a igreja¹¹⁵ e o cemitério¹¹⁶.

Esta espacialização da *Ecclesia* se opera ainda de duas maneiras distintas: através de uma rede de locais sagrados e pela extensão desta sacralidade em círculos concêntricos em torno dos locais de culto. Processo chamado por Lauwers de enclesamento, já descrito no capítulo anterior. Seguindo este caminho, o cemitério cristão passa a ter uma importância fundamental dentro da organização deste território, denotando uma ruptura com as estruturas da necrópole antiga e trazendo a terra dos mortos para as proximidades das igrejas¹¹⁷. A coabitação entre vivos e mortos aparece na obra de Lauwers de uma forma inovadora, uma vez que este autor se propõe a estudar não o cemitério em si, mas a sua função como espaço gerador de relações sociais por meio da obrigação social para com a liturgia dos mortos¹¹⁸. Lauwers explora as origens do cemitério cristão como um espaço sagrado. Sua pesquisa visa diferenciar os locais de sepultamento da Antiguidade Tardia, as necrópoles, do sistema de cemitério cristão: área vedada, com sede ao redor do Santuário, dedicado através de cerimônia de consagração, destinado a acomodar os corpos dos cristãos.

Para sua demonstração Lauwers usa uma variedade de fontes: textos jurídicos, litúrgicos, Tais fontes são apoiadas na pesquisas por trabalhos arqueológicos recentes e demonstram um lento processo de aproximação dos lugares religiosos e dos espaços de sepultamento. Tal mutação teria se iniciado entre os séculos VIII e IX. Seguiu-se uma tendência de movimento que se intensifica durante o século XI, obrigando o clero a criar novas definições da “terra dos mortos” para conciliar as duas dimensões da *Ecclesia*, agora entendida como uma comunidade espiritual e sociedade dos cristãos. Locais de culto e espaços de sepultamento não

¹¹⁴ LAUWERS, Michel. **Recherches sur la fonction sociale de l'Église dans l'Occident médiéval : sacralisation de l'espace, modèles de sainteté, comemorations des morts (IXe -XIIIe siècles)**. Nice : Collection du Centre d'études médiévales, 2001.

¹¹⁵ No quinto capítulo de sua obra *Ordonner et exclure*, intitulada *Aux fondements de l'église: Baptême et Lieux de culte*, Dominique Iogna-Prat trabalha com os textos de Pedro, o venerável através dos escritos sobre as heresias dos judeus e muçulmanos de forma a demonstrar a importância do sacramento do batismo, dos locais de culto e do edifício eclesial, bem como de seu interior segundo o qual seu interior se encontra polarizado ao altar, símbolo máximo do sacrifício eucarístico. IOGNA-PRAT, Dominique. **Ordonner et exclure. Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'islam (1000- 1150)**. Paris : Aubier, 1998, Chapitre 5, p. 153-185.

¹¹⁶ Sobre o tema ver LAUWERS, Michel. *Naissance du Cimetière: lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident medieval*. GUERREAU, Alain. **L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle?**. Paris: Le Seuil, 2001.

¹¹⁷ LAUWERS, Michel. **Naissance du Cimetière: lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident medieval**. Paris: Aubier, 2005.

¹¹⁸ LAUWERS, Michel. **La mémoire des ancêtres, le souci des morts. Morts, rites et société au Moyen age (diocèse de Liège, XIe – XIIe siècle)**, Paris : Beauchesne, 1997.

são mais do que um único espaço. Levando assim à deificação da "*Land of the Dead*" e à emergência de uma nova etimologia do *cimiterium* como “terra cemiterial”. A partir do século XII um fenômeno de polarização de organização social em torno desses novos conjuntos igreja e o funeral está ocorrendo. O terreno do cemitério torna-se um espaço social investido pesadamente para a articulação das práticas sociais "(con)sagrados" e gerando um território paroquial. Este novo modelo de relação entre vivos e mortos começa a balançar no final da Idade Média. O cemitério torna-se um local religioso, uma cena pastoral do medo, anunciando uma mudança que se cristaliza no final do século XVIII pela rejeição dos mortos.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL CONCRETO: AS “COMUNIDADES DE HABITANTES”

Outro modelo de interpretação das transformações sócio-espaciais ocorridas no Ocidente Medieval entre os séculos XI a XIII, que tem suscitado diversos debates entre os medievalistas é a formação das “comunidades de habitantes”. Fenômeno observado a partir da gênese da vila medieval e que culmina na estruturação urbana da Idade Média. Acompanhada pela constituição de uma série de técnicas e atividades desenvolvidas por essas comunidades em um espaço determinado - comércio, associações, universidades, etc. Ainda pouco estudado pelos medievalistas, a constituição desta forma de territorialização corresponde a uma modalidade de análise historiográfica chamada por Joseph Morsel de “espacialização do social”. O que ocorre neste modelo é a inclusão de uma dimensão espacial em todas as relações sociais onde a formação das “comunidades de habitantes” assume uma forma importante de articulação espacial. Entre os autores que tem desenvolvido este tipo de pesquisa damos destaque à pesquisa de Joseph Morsel.

Contrariando os modelos lançados por Pierre Toubert, Robert Fossier e Michel Lawuier, Morsel considera que a organização da paisagem ocidental não pode ser reduzida ao simples resultado da evolução técnica ou como mudança natural, e nem mesmo simples reflexo da evolução social. Ao contrário, concebe este movimento como uma modificação de toda uma lógica social. Para Morsel, a relação entre a mudança social e mudança espacial é complexa e se estabelece além da idéia da tradução espacial de fenômenos sociais. Alguns fatores são considerados particularmente importantes para o autor na constituição das “comunidades de habitantes”. Em primeiro lugar, este processo de organização espacial ocorre de forma inversa ao das estruturas familiares. O que Morsel chama de “desparentalização” das relações sociais. O segundo ponto é o da espacialização social que cria uma relação de pertencimento, de identidade social¹¹⁹.

Embora o autor não ignore a função da *Ecclesia* nesta articulação, ela não é o ponto central de seus estudos. Segundo este autor, a organização de núcleos de habitação em torno dos locais de culto é vista como uma das fases do processo de formação das comunidades de habitantes. Sua abordagem se aproxima bastante da sociologia ao propor o que ele chama de espacialização do social. Segundo sua tese, ao contrário do que se observa nas obras voltadas à

¹¹⁹ MORSEL, Joseph. Les logiques communautaires entre logiques spatiales et logiques catégorielles (XIIe – XVe siècles). In **Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre**, Hors série 2, 2009. <http://cem.revues.org/index10082.html>

“espacialização do sagrado”, estabelece o fenômeno denominado por ele como “espacialização do social”, vista pelo autor como organização social real. A lógica das comunidades medievais nos séculos XII-XV, propõe que para compreendermos a espacialização social na Idade Média, se faz necessário considerar o fato de que cada sociedade produz seu próprio espaço, ou seja, qualquer sistema social é por si só um sistema espacial¹²⁰. Portanto, não há uma mudança social sem que esta seja acompanhada por um novo dimensionamento do espaço.

¹²⁰ MORSEL, Joseph. Les logiques communautaires entre logiques spatiales et logiques catégorielles (XIIe – XVe siècles) In *Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre*, Hors série 2, 2009.

A substituição da organização parental para a organização espacial

Nas sociedades européias antigas (e sociedades não ocidentais atuais), o valor social pessoal é fundamentalmente determinado pela posição no conjunto das relações de parentesco. Tais relações, e suas reproduções, “são impostas a todos e a cada um - e podem confundir-se com a sociedade como um todo”. Elas regulam o conjunto das atividades sociais¹²¹. Seu papel é determinante tanto na Antiguidade como durante toda Alta Idade Média. Em tais períodos, a potência social (prestígio, riqueza, nobreza) é determinada legitimamente pelo pertencimento a um grupo ou conjunto (*gentes*). Excedendo o simples nível das famílias conjugais ou mesmo dinastias ou clãs. A partir do século X verifica-se uma tendência de declínio de tais relações. O que Joseph Morsel denomina como “desparentalização”. Identificado por ele como um processo de evolução social. É importante perceber que não se trata do desaparecimento das relações de parentesco. Mas de uma transformação progressiva das lógicas sociais externas ao campo do parental.

O termo “desparentalização” é utilizado por Morsel para descrever o funcionamento do controle social estabelecido pela Igreja no período da reforma gregoriana. Esta “desparentalização” traduz uma desvalorização das relações de parentesco em favor de uma alternativa de relacionamento carnal, simbólico ou espiritual¹²². A partir do século XI, com a reforma gregoriana, a igreja medieval promoveu uma reorganização das estruturas de parentesco através da substituição de parentesco carnal (o celibato e a promoção da castidade) por uma relação simbólica (a filiação divina e a formação de comunidades espirituais). Segundo Morsel, o domínio do clero permitiu que ele se estendesse a toda a sociedade medieval ocidental com base no batismo e na aliança matrimonial¹²³. O casamento torna-se um sacramento que reproduz a união mística de Cristo e sua Igreja, imposta a cada casal na luta contra a endogamia e de fixação de graus de parentesco. Além de seu controle progressivo sobre o casamento, o clero promove um discurso de desclassificação da relação de filiação carnal com a criação de filiação espirituais

¹²¹ MORSEL, Joseph. *L’histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...Réflexions sur les finalités de l’histoire du Moyen Âge destinées a une société dans laquelle même les étudiants d’histoire s’interrogent*. Paris: LAMOP –I, 2007. p. 139.

¹²² MORSEL, Joseph . Op. Cit., 2009.

¹²³ Ibid. p.118

para garantir a salvação da alma. O batismo, a entrada no mosteiro ou em uma fraternidade são as novas alternativas desta filiação, eles criam os "pais", "mães", "irmãos" e "irmãs" independentemente de quaisquer relações carnis. Na cerimônia de batismo, os pais carnis da criança são excluídos da cerimônia permanecendo isolados atrás de um pilar¹²⁴. Neste sentido, a cerimônia de batismo desempenha um papel central para o processo de “desparentalização”. Resulta deste processo a necessidade de organizar um sistema alternativo para garantir a coesão social: a “espacialização social¹²⁵”. O surgimento de “comunidades de habitantes” corresponde a uma estrutura social específica cuja coesão não se baseia em relações de parentesco - ainda que possa haver alguma consanguinidade - mas o que se põe em questão é a idéia de pertencer à mesma área. É essencialmente a organização produtiva, que em longo prazo é assegurada através da fixação de habitantes em um determinado espaço.

Por “espacialização do social¹²⁶”, o autor se define o espaço como fator essencial da descrição e da identificação social. Esta identificação situa socialmente os habitantes da comunidade e cria um vínculo entre os homens e o lugar a que pertencem¹²⁷. Assim, a noção de pertencimento local substitui a pertença parental. A evolução dos termos “pátria¹²⁸” e “nação” seguem, segundo Morsel, o mesmo sentido (pais, nascimento) de pertença espacial, enraizado

¹²⁴ MORSEL, Joseph. Op. Cit. 2007. p. 128.

¹²⁵ Ibid. p. 129.

¹²⁶ MORSEL, Joseph. Op. Cit. 2007. p. 139. Por espacialização, não se entende evidentemente o fato de o sistema social medieval apresenta doravante uma dimensão espacial: qualquer sociedade realiza-se num espaço específico, seu, aquele que produz, e que não tem nada a ver com a nossa concepção de espaço como extensão contínua, neutro e preexistente a sua socialização.

¹²⁷ Sobre a concepção social, e não mais substancial/natural, do espaço ver: LEFEBVRE, Henri, **La production de l'espace**, Paris, Anthropos, 1974 ; DESMARAIS, Gaëtan. Projection ou émergence : la structuration géographique de l'établissement bororo. In : **Recherches sémiotiques/Semiotic Inquiry**, 12 (1992), p. 189-215 ; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. **Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV**. Barcelona : Ariel, 1985 ; GUERREAU, Alain. Quelques caractères spécifiques de l'espace féodal européen. In: BULST. Neithard; e outros (dir.), **L'État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)**, Paris, MSH, 1996, p. 85-101.

¹²⁸ Morsel retoma o significado latino clássico de *pátria*, cidade, concebido como comunidade de pais (com base em identidade entre cidadão e *pater familias*) e aposta no mesmo plano que os pais. Na alta Idade Média, o termo teria perdido seu sentido preciso, passando a descrever o lugar de nascimento ou de vida. A partir-se do século X produz-se um sentido de identificar-se não a um lugar específico, mas à uma forma espacial coletiva (o reino, o principado, etc.), cujo modelo era o Céu enquanto pátria dos homens (oposto a terra como lugar de exílio). Cf. EICHENBERGER Thomas, **Patria. Studien zur Bedeutung des Wortes im Mittelalter**. Sigmaringen: Thorbecke, 1991.

num espaço comum delimitado e santuarizado¹²⁹. O espaço passa a ser à base dos laços sociais. O processo de enraizamento ocorreria por meio de alteração das estruturas de poder. Passa-se de um poder senhorial baseado na regra pessoal, "dominação inquebrantável dos homens e da terra" característica do feudalismo para uma formação social baseada em relações sociais de cooperação comunitária. As estruturas e os discursos de linhagem descendentes deixam de ser um modo de afirmação. O resultado é uma inversão das relações entre as pessoas e locais. Não são mais os homens a dar seus nomes aos lugares, a partir desta nova estrutura espacial, os lugares que dão seu nome aos homens. Para exemplificar esta mudança, Morsel cita a nomeação real francesa, de rei dos francos (*Rex Francorum*) passando a Rei da França (*Rex Franciae*) no início do século XIII¹³⁰. Morsel enfatiza que a qualificação "da França" não pode ser entendida como evolução de espacialização antroponímica¹³¹ aristocrática. O aparecimento de um nome, indicando uma localização, além dos nomes de batismo, transmitidos hereditariamente: "Untel de Tal lugar¹³²", (qualificação seguida da origem) é o produto direto desta espacialização. Um enraizamento senhorial da aristocracia¹³³. Trata-se de uma inversão dos relatórios onomásticos entre as pessoas e os lugares. Na Alta Idade Média, "são os detentores do solo, indivíduos ou coletivos que davam o seu nome aos lugares. São doravante os lugares que dão o seu nome aos seus detentores¹³⁴". Outra transformação importante é o poder senhorial. Este deixa de ser concebido como dominação pessoal. Como ocorria no sistema dominial da Alta Idade Média passando a dominação indissolúvel entre homens e terras. O que Alain Guerreau denominou de "relatório de *dominium*¹³⁵". Não somente o poder enraíza-se, mas a situação de dominado também.

Conforme já apresentado anteriormente o fenômeno de organização das populações na Idade Média ocorreu em formas e ritmos variáveis. O que possibilitou a formulação de diferentes categorias de interpretação como nos modelos de "encastelamento", "encelulamento" e "enclesamento", processos relativos às formas de organização por meio de aglomerações populacionais. Na formação das "comunidades de habitantes" tal premissa não é um fator

¹²⁹ MORSEL, Joseph. **L'histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...Réflexions sur les finalités de l'histoire du Moyen Âge destinées a une société dans laquelle même les étudiants d'histoire s'interrogent.** Paris: LAMOP -I, 2007. p. 141 disponível em : <http://lamop.univ-paris1.fr/W3/JosephMorsel/index.htm>.

¹³⁰ Ibid. p. 142.

¹³¹ Sistema de nome das pessoas.

¹³² BOURIN. Monique, (dir.), **Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne**, t. 1-5, Publications de l'Université de Tours, 1990-2002.

¹³³ MORSEL, Joseph. Op. Cit. 2007, p. 143-144.

¹³⁴ Ibid. p. 144.

¹³⁵ GUERREAU, Alain. Op. Cit. 2001.

determinante. Estas comunidades podem tomar a forma de aglomerações ou ainda ocorrer em regiões de habitat disperso¹³⁶. Como é o caso do norte da França. Conforme a arqueóloga Elizabeth Zadora-Rio, a “comunidade de habitantes” não implica necessariamente em aglomeração populacional¹³⁷. A especificidade da “comunidade de habitantes” em relação às formas de organização espacial que a precede não é a forma aglomerada do seu habitat, mas à tomada de consciência da noção de espaço comum.

Para Joseph Morsel a relação social básica que identifica e une os membros da comunidade é o fato de “habitar”. Ser “habitante”. Embora na concepção contemporânea estas noções sejam evidentes, o conceito de “Habitar” na Idade Média vai além do simples fato de ter um endereço ou um teto sobre a cabeça. Trata-se fundamentalmente de uma relação entre uma pessoa (ou um grupo) e um lugar que a pessoa (ou o grupo) se apropria de maneira mais ou menos duradoura. No momento em que as pessoas definem-se como “habitantes”, passam a se definir como ocupantes de um lugar específico. O termo, empregado geralmente no plural subentende sempre a pertencimento a determinado grupo. A formação das “comunidades de habitantes” corresponde assim à formação de lugares de co-residência para além do lar doméstico. Porém, Morsel esclarece que “habitar” não significa somente “ser de algum lugar” e “ter vizinhos”. Os estudos dos fenômenos de formação da comunidade mostram que “habitar” significa igualmente “produzir em algum lugar¹³⁸”. A palavra “*maison*” (casa), poderia designar o lugar de habitação, de exploração, o atelier, ou a sede social de uma sociedade de comércio¹³⁹. Os habitantes tinham doravante o sentimento comum de ter e pertencer a certo espaço.

¹³⁶ MORSEL, Joseph. Op. Cit. 2007, p. 151.

¹³⁷ ZADORA-RIO, Élisabeth. L'archéologie de l'habitat rural et la pesanteur des paradigmes. **Les nouvelles de l'archéologie**, 92 (2003), p. 6-9.

¹³⁸ MORSEL, Joseph. Op. Cit. 2007, p. 154. A dissociação entre o lugar de residência e lugar de trabalho é um dado fundamental no nosso sistema social. Tal distinção não ocorre na Idade Média.

¹³⁹ Ibid. 155.

Espacialização social e espacialidade eclesiástica

A evolução das representações do espaço tem evocado a existência de um profundo remanejamento do espaço eclesial a partir do século X. Relativo tanto à malha cristã (multiplicação das igrejas e organização da rede das peregrinações) quanto à definição de um espaço do culto. No entanto Morsel destaca que a articulação das representações clericais do espaço com a forma espacial das “comunidades de habitantes” - que se instauram no mesmo período - está distante ser clara. Para o autor, a espacialidade admitida para a cristandade como um todo. A *christianitas*, definido a partir do século X como o conjunto dos cristãos para designar o seu espaço global, dotado de fronteiras em frente “os infiéis”, foi pensada de maneira oposto do ponto de vista espacial. “Para uma Igreja que sistematicamente valoriza a unidade e condena a divisão, a paróquia não podia ser concebida como uma subdivisão da cristandade, de acordo com uma lógica territorial¹⁴⁰”. Desta forma, Morsel concebe a metáfora de “célula paroquial” completamente inadequada. A paróquia local não pode ser concebida como um pequeno espaço delimitado (embora seja a espacialidade da cristandade global)¹⁴¹. “Espacialidade da paróquia” consequentemente foi pensado diferentemente: a concepção da paróquia a nível teológico e canônico é a de um centro, constituído pela igreja, fonte batismal e cemitério que lhe são associadas. Este centro é o lugar onde se realiza a única relação espacial mais importante nas representações cristãs: a relação entre a o céu e a terra. Estritamente reservado às construções eclesiais¹⁴². A valorização da relação terra/céu provoca uma regressão relativa da relação espacial essencial do mundo romano antigo: direita/esquerda (mantido contudo, mas em posição secundária, devido à sua presença na Bíblia - nomeadamente a propósito do Julgamento Final), e a definição progressiva das relações de dominação social em termos espaciais. Com relação à “comunidades de habitantes” com base na ocupação (tanto no sentido residencial como produtivo) estas seriam concebidas de maneira “horizontal”. Assim, a paróquia, é definida como

¹⁴⁰ Ibid. p. 159.

¹⁴¹ Ibid. p. 160.

¹⁴² Cf. IOGNA-PRAT, Dominique La maison dieu. Une histoire monumentale de l'Eglise au Moyen Âge (800-1200). Paris: Editions du Seuil, 2006.

uma convergência de relações espirituais entre cada paroquiano, a igreja e o sacerdote. Neste sentido, a definição dos limites desempenha um papel secundário na sua criação.

Em contrapartida, as “comunidades de habitantes” são definidas como um conjunto de vizinhos onde a demarcação com o exterior é fundamental. Esta demarcação se opera a nível a aglomeração própria, em especial através de muros, por limites ou particularidades naturais (cursos de água, montanhas, árvores notáveis) ou ainda por conflitos entre comunidades. Estas comunidades não se definem apenas por um centro “comunal”. Morsel admite, porém que, no processo de formação das cidades há uma convergência entre pertencimento comunitário e paroquial. São os limites das paróquias que serviram para modelar os limites comunais (ou, nas cidades, os bairros)¹⁴³. A maneira como se realiza esta convergência entre as duas formas de pertença social, permanece ainda obscura para o autor. Contudo, considera possível que por um lado, a “comunidade de habitantes” constituída como comunidade corporal, definida em relação um exterior e constituída em relação mútua ao qual a Igreja nega o caráter espiritual implicado pela noção de *communio*; e que por outro lado, a paróquia constituiu uma comunidade espiritualista, estruturado de maneira brilhante a partir da igreja e do sacerdote, como lugar e agente exclusivos do *communio*. Assim, a pertença paroquial apenas reforça a espacialização das relações sociais

¹⁴³ MORSEL, Joseph. Op. Cit. 2007, p. 165. A maneira como se realiza esta convergência entre as duas formas de pertença social, permanecem para o autor ainda obscura. Contudo é possível que, por um lado, a “comunidade de habitantes” constituída como comunidade corporal, definido em relação um exterior e constituído em relação mútua ao qual a Igreja nega o caráter espiritual implicado pela noção de *communio*; e que por outro lado, a paróquia constituiu uma comunidade espiritual, estruturado de maneira brilhante a partir da igreja como lugar e agente exclusivos do *communio*.

CONCLUSÃO

O ponto de partida deste estudo foi estabelecer um histórico dos estudos sobre o espaço na Idade Média realizados na França desde a década de 1970. Buscamos referenciar as formas como este estudo tem se desenvolvido, identificando as principais transformações ocorridas a partir desta data em relação aos estudos anteriores.

De um modo geral, identificamos quatro diferentes tipos de abordagem do estudo do espaço. O primeiro modelo foi lançado pela Escola dos *Annales* se pauta na geo-história, neste modelo o “espaço” aparece como sinônimo de “meio”. Um segundo momento é identificado a partir das obras de Pierre Toubert e Robert Fossier. Estes se ligam ao estudo marxista do feudalismo, onde o espaço aparece como representação social baseado nos modos de produção. Será a partir desta abordagem que irão se desenvolver as outras duas formas de pesquisa: “a espacialização do sagrado” e a “espacialização do social”.

Ao estudar a relação da historiografia com estudo do espaço na Idade Média, verificamos a importância da interdisciplinaridade presente nestas pesquisas desde o surgimento na Escola dos *Annales*. Os primeiros modelos de estudo surgem no início do século XX, pelos fundadores da Revista *Annales*. Esta primeira fase se dá principalmente a partir da relação destes historiadores com a geografia vidaliana. Lucien Febvre e Marc Bloch serão os seus expoentes. Neste período, a preocupação com o estudo do espaço pode ser compreendida a partir da relação destes historiadores com o contexto social vivido na França no período entre guerras. Momento de constantes remodelações territoriais e da formação de movimentos imperialistas. Os trabalhos destes dois autores inauguram o interesse dos historiadores pelo estudo do “espaço” como forma de compreensão da organização da sociedade medieval. Com Fernand Braudel as relações com o espaço ganham uma nova dimensão. O “espaço” passa a ser visto como agente histórico e o tempo é espacializado. As décadas de 1950 e 1960 serão marcadas por uma intensificação de estudos regionais. Com base nas grandes monografias regionais geográficas, a França Rural será o grande foco de pesquisa dos historiadores. Baseado na metodologia fundada por Bloch, Georges Duby trará uma importante contribuição a este tipo de estudo. A partir do final da década de 1960 este modelo perde sua força. Tal acontecimento se deve, em especial, a dois fatores. Por um lado, à contestação do modelo vidaliano pela Nova Geografia ou Geografia

Crítica com a inserção do marxismo na geografia, o que leva a uma reformulação da noção de território através da aproximação desta ciência com a sociologia e antropologia. Esta mudança epistemológica observa no campo da geografia foi motivada pelas transformações de âmbito político e social. Por outro lado, com a terceira geração dos *Annales*, verificamos um interesse crescente pelo estudo das mentalidades, onde a geografia deixa de servir como base para as pesquisas históricas. O desenvolvimento de uma história das mentalidades renovou os objetos e fontes de pesquisa e propiciou uma aproximação da história com a antropologia. Neste sentido, o espaço passa a ser tratado por estes pesquisadores como uma representação do imaginário. Com o advento da Nova História, a ligação da história com a antropologia amplia o conceito que estes pesquisadores tinham com espaço. Este deixa de ser considerado um dado "bruto" natural ou neutro, passando a figurar nas obras historiográficas como representação.

A partir da década de 1970, verificamos uma transformação nas pesquisas do espaço pelos historiadores medievais franceses, com a criação de grandes categorias de análise, enfatizando o espaço como uma dimensão verdadeiramente social. O espaço social tomou forma em conceitos importantes, como a “encastelamento” (Pierre Toubert), o “encelulamento” (Robert Fossier), e por fim, o “enclesiamento” (Michel Lauwers). Estas categorias demonstram uma mudança emergente na representação das formas de assentamento espacial que se desenvolvem a partir de um período de grande crescimento demográfico. Iniciado após o final do império carolíngio, no século IX, e que se encontra ligado a uma nova modalidade de representação do poder eclesiástico pela reforma gregoriana. Um processo de fixação dos homens, em conexão com a autoridade do poder senhorial ou eclesiástica. Através de novas abordagens, os medievalistas tendem a mostrar as influências recíprocas que ocorrem entre uma determinada organização social e os fundamentos materiais que a sustentam. Ao qual nos permite estabelecer uma relação entre as formas de ocupação, uso do espaço e as estruturas sociais que nele se desenvolvem.

Na busca pela interdisciplinaridade e por romper as barreiras da fragmentação dos estudos de história, as pesquisas de base eclesiológica têm apresentado um desenvolvimento acentuado. Estes estudos mostram uma aproximação dos métodos da antropologia ao considerar o espaço como representação das práticas sociais da sociedade e dos signos de identificação desta sociedade. Neste sentido é dada atenção especial à cerimônia de consagração da Igreja, que transmuta o edifício eclesial de simples construção para um espaço sagrado de pertencimento da

cristandade, da formação das redes paroquiais e da gênese do cemitério cristão. Onde a organização territorial se materializa em pólo de atração e de fixação do povoamento. Assim o espaço se configura através de unidade cultural, lingüística e religiosa, tendo como base de sua organização a *Ecclesia*, entidade máxima de comunicação entre a terra e o céu. O estudo das estruturas espaciais da *Ecclesia* aproxima, de forma profícua, história, geografia, sociologia, antropologia e arqueologia na busca de uma “história medieval total” nos moldes propostos por Alain Guerreau. A *Ecclesia* é apresentada como base da organização espacial da sociedade medieval. Por fim, verificamos o desenvolvimento da “espacialização do social”, proposto por Joseph Morsel ao estudo das “comunidades de habitantes” onde verificamos uma aproximação com a sociologia. Embora o autor não ignore a função da Igreja nesta articulação, ela aparece em seu estudo de forma secundária, como forma de articulação do processo de “desparentalização”. Sua abordagem se aproxima do conceito de “espaço social” proposto por Henri Lefbvre. Para ele, o fenômeno de “espacialização do social”, é visto como uma forma real, e não simbólica, da organização social. Para compreendermos a espacialização social na Idade Média, se faz necessário considerar o fato de que cada sociedade produz seu próprio espaço, ou seja, qualquer sistema social é por si só um sistema espacial¹⁴⁴. Portanto, não há uma mudança social sem que esta seja acompanhada por um novo dimensionamento do espaço.

Neste sentido algumas observações são necessárias. Primeiramente, podemos verificar que a aproximação da história medieval com as ciências sociais ainda está longe de se consolidar. Por um lado, se verificamos uma tentativa cada vez maior do uso de termos e conceitos propostos por essas ciências, ainda esbarramos na problemática do anacronismo. Por serem conceitos utilizados para a compreensão das sociedades contemporâneas, o que favorece o surgimento de muitas contradições. Assim, alguns cuidados no uso destes conceitos são necessários. É importante notar que ao definir os conceitos de “espaço”, “território”, tanto os geógrafos quanto os sociólogos e antropólogos, o fazem voltados à análise da sociedade contemporânea. Verificamos por exemplo que conceitos como o de “território” encontra-se no senso comum ainda intimamente ligado a quinta definição de Lévy, o que acarreta aos medievalistas enormes dificuldades conceituais já que as noções de Estado contemporâneo não

¹⁴⁴ MORSEL, Joseph. Les logiques communautaires entre logiques spatiales et logiques catégorielles (XIIe – XVe siècles) In *Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre*, Hors série 2, 2009.

podem ser aplicadas à Idade Média. Chris Wickhan¹⁴⁵ chama atenção ao fato de que não se pode tentar compreender o vocabulário medieval com base nos mesmos conceitos atuais. Se, entendemos “território” como espaço delimitado, sobre o qual se insere uma autoridade definida¹⁴⁶, zona de aplicação de um poder finito e sedentário dotado de fronteiras cuja materialização é bem elaborada, o homem medieval não o concebeu. Assim, a realização de uma análise semântica dos termos presentes nos documentos medievais é imprescindível para uma correta interpretação da organização do espaço na Idade Média. Tal prerrogativa é atualmente compartilhada pela maior parte dos estudiosos do espaço. Este método propiciou uma releitura das fontes e, apoiado aos resultados da arqueologia, foi fundamental à renovação dos estudos do espaço realizado pelos medievalistas. Verificou-se então uma necessidade de especificar a abordagem metodológica e conceitual, uma análise em profundidade de uma consciência espacial que é muito diferente da nossa. A criação de termos como “espacialização do sagrado” e “espacialização do social” se mostram como alternativas para vencer tais barreiras conceituais.

O segundo ponto a ser levantado é o contexto histórico (contemporâneo) em que tais pesquisas são desenvolvidas. Assim, percebe-se uma vinculação direta entre o interesse dos historiadores pelo estudo do espaço e as transformações sociais, e consequentemente espaciais vivenciadas por estes pesquisadores. Outra observação importante é que esses estudos, desde as primeiras obras dos *Annales*, tem em comum o interesse da criação de “identidade”. Desta forma verificamos que o interesse atual pelo estudo do espaço parece estar intimamente ligado às constantes alterações que têm ocorrido no mapa da Europa nos últimos anos, fruto da estruturação da chamada nova ordem mundial e do processo de unificação das fronteiras européias no processo de construção da “Europa sem fronteiras”.

¹⁴⁵ WICKHAN, Chris. Frontiere di villaggio in Toscana nel XII secolo. In **Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen age**, Castrum 4, Rome- Madri, 1992, p. 239-252.

¹⁴⁶ SCHEIBLING, J. **Qu'est la géographie?** Paris : Hachette Supérieur, 1993.

REFERÊNCIAS

BARROCA, Mário Jorge. **Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre Douro e Minho (séculos V a XV)**. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 1987.

BAREL, Yves. **La ville médiévale: système social, système urbain**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1975.

BASCHET, Jérôme. Introdução: a imagem-objeto. In: SCHMITT, Jean-Claude et BASCHET, Jérôme. **L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval**. Paris: Le Léopard d'Or, 1996. p. 7-26

BERDOULAY, Vincent. ; SOUBREYRAN, Olivier. Lamarck. Darwin et Vidal: aux fondements naturalistes de la géographie humaine. **Annales de Géographie**, no 561-562, 1991, p. 617 – 633.

BERTRAND, Georges. L'archéologie du paysage dans la perspective de l'écologie historique. In **Actes de Colloque. Archeologie du Paysage**, n° 13, p. 132-138, Paris: Université de Tours, 1978.

BETANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987. (1929).

BLOCH, Marc **Les caractères originaux de l'histoire rurale français**. Paris-Oslo: Les belles lettres, 1931.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLOCH, Marc. Régions naturelles et groupes sociaux. **Annales d'histoire économique et sociale**, n° 17, 1932.

BOURIN, Monique. L'espace. In. **Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p. 493 – 510.

BONNEMAISON, Joël.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial entre frontières et identités. In **Géographies e Cultures**, n° 20, 1997, p. 7-18

BONNEMAISON, Joel. Voyage autour du territoire. In **L'espace géographique**, n° 4, 1998. p. 249-262.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**, Lisboa: Presença, 1976.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1991.

CHEVALIER, Bernard. Introduction: Espace vécu, mesure, imaginé. In **Cahiers de recherches médiévales (XIIIe – XVe siècles)**, n°3, 1997, p. 7-16.

CHOUQUER Gérard, **Traité d'archéogéographie. La crise des récits géohistoriques**. Paris: Errance, 2008.

CURSENTE, Benoît.; MOUSNIER, Mireille (dir.). **Les territoires du médiéviste**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

DALCHÉ, Patrick Gautier, Un problème d'histoire culturelle : perception et représentation de l'espace au Moyen Age. In **Médiévales**, n°18, 1990, p. 5 - 15

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004.

DUBY, Georges. **La société aux Xle et Xlle siècles dans la région mâconnaise**. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1971 (1953).

ELISSALDE, B. Une géographie des territoires. In **L'information géographique**, n° 3, 2002. p. 193-205.

FERRIER, J.P. **La géographie, ça sert d'abord à parler du territoire ou le métier de géographe**. Aix: Edisud, 1984.

FEBVRE, Lucien. **La terre et la evolution humaine**. Paris: Albin Michel, 1922.

FOSSIER, Robert. **L'Occident médiéval Ve-XIIIe siècle**. Paris: Hachette Livres, 1995.

FOSSIER, Robert. **Enface de l'Europe, Xe – XIIe siècle. Aspects économiques et sociaux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

GOUT, Marie Laure. ; IOGNA-PRAT, Dominique. **Les lieux du sacré dans les miracula Sancti Germani d'Heiric Auxerre et les Gesta Pontificum Autissiodorensium**. Tese de doutorado, Université Paris I – Parthéon Sourbonne, 2003.

GUERREAU, Alain. **L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXI^e siècle?**. Paris: Le Seuil, 2001.

GUERREAU, Alain. **O feudalismo um horizonte teórico**. Lisboa: Edições 70,

GUERREAU, Alain. Quelques caractères spécifiques de l'espace féodal européen In **L'Etat ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV^e – XVII^e siècles)**. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1996, p. 85-101.

GUERREAU, Alain. Le champ sémantique de l'espace dans la *vita* de saint Maïel (Cluny, début du XI^e siècle) In **Journal des Savants**,. 1997, p.363-419.

GUERREAU, Alain. Structure et évolution des représentations de l'espace dans le Haut Moyen Âge occidental In **Uomo e spazio nell'alto medioevo**, Settimane di studi del Centro di studi sull'alto medioevo, 4-8 aprile 2002, Spoleto: Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 2003.

GUREVITCH, Aron I. **As categorias da cultura medieval**. Lisboa: Caminho, 1991.

IOGNA-PRAT, Dominique. **La espacialisation du sacré dans l'Occident latin (IV^e – XIII^e siècles)**. Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre, 1, 1999, p.44-57.

IOGNA-PRAT, Dominique **Constructions chrétiennes d'un espace politique**. Le Moyen Âge, 2001. p. 49-69. www.cairn.info/article_p.php?ID_ARTICLE=RMA_071_0049.

IOGNA-PRAT, Dominique **La maison dieu. Une histoire monumentale de l'Eglise au Moyen Âge (800-1200)**. Paris: Editions du Seuil, 2006.

IOGNA-PRAT, Dominique **Ordonner et exclure. Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'islam (1000- 1150)**. Paris: Aubier, 1998, p. 153-185.

HERMANN-MASCARD, Nicole. **Les reliques des saints. Formation coutumière d'un droit**. Paris: Klincksieck, 1975

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LAUWERS, Michel. Le « sépulcre des pères » et les « ancêtres ». Notes sur le culte des défunts à l'âge seigneurial. In **Médiévales**, 1996, Volume 15, Numéro 31. p. 67 - 78

LAUWERS, Michel. **La mémoire des ancêtres, le souci des morts. Morts, rites et société au Moyen Âge (diocèse de Liège, XI^e – XII^e siècle)**. Paris: Beauchesne, 1997.

LAUWERS, Michel. **Le cimetière dans le Moyen Âge latin. Lieu sacré, saint et religieux**. **Annales Histoire, Sciences Sociales**, 5, V. 54, 1999 p. 1047-1072

LAUWERS, Michel. **Naissance du Cimetière: lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident medieval**. Paris: Aubier, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**, Bauru: Edusc, 2005.

LE JAN, Régine. **La Société du haut moyen age VIe – IXe siècle**. Paris: Armand Colin, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000 (1974).

LÉVY, Jacques. **Le tounant géographique. Penser l'espace pour lire le monde**. Paris: Belin, 1999.

MÉHU, Didier. **Paix et Communautés autour de l'abbaye de Cluny (Xe-Xve siècle)**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Huelitel, 1981.

MORSEL, Joseph. Construire l'espace sans la notion d'espace. Le case du Salzforst au XIVe siècle In **Constrution de l'espace au Moyen Âge : representations et pratiques**, Actes du XXXVIIe Congrès annuel de la société des historiens médiévistes de l' enseignement supérieur public, Mulhouse, 2-3 juin 2006, Paris : Publications de la Sorbonne, 2007.

MORSEL, Joseph. Les logiques communautaires entre logiques spatiales et logiques catégorielles (XIe – XVe siècles) In **Bulletin du Centre d'études médiévales d'Auxerre**, Hors série 2, 2009. <http://cem.revues.org/index10082.html>

MORSEL, Joseph. Introduction. In **La formation des communautés d'habitants au Moyen age**. Perspectives historiographiques, Xanten, 2003. <http://lamop.univ-paris1.fr/W3/xanten/xanten.html#ftn9>.

MORSEL, Joseph. **L'histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...Réflexions sur les finalités de l'histoire du Moyen Âge destinées a une société dans laquelle même les étudiants d'histoire s'interrogent**. Paris: LAMOP –I, 2007. <http://lamop.univ-paris1.fr/W3/JosephMorsel/index.htm>.

RAFFESTIN, Claude. Ecogénèse territoriale et territorialité, In AURIAC, F., BRUNET, R. (dir.), **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986, p. 175-185.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENWEIN, Barbara. **Negotiating spaces. Power, Restraint and privileges of immunity in early medieval Europe**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

ROSENWEIN, Barbara. **To be the Neighbour of Saint Peter. The Social Meaning of Cluny's Property (909-1049)**. Ithaca and London : Cornell University Press, 1989.

TOUBERT, Pierre. TOUBERT. **Les structures du Latium médiéval. Le Latium médiéval et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle.** Roma: École Française de Rome : Palais Farnèse, 1973.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Principes de la géographie humaine.** Paris : Armand Colin, 1921. (digitalização disponível em : <http://www.archive.org/stream/principesdegogr00blacgoog#page/n17/mode/2up>

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des caractères distinctifs de la Géographie.,In **Annales de géographie**, 22, 1913. p. 289, 299.

WICKHAN, Chris. Frontiere di villaggio in Toscana nel XII secolo, dans Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen age. In **Castrum** 4, Rome- Madri, 1992, p. 239-252.

WICKHAN, Chris. **Communautés et clientèles en Toscane au XIIe siècle. Les origènes de la commune rurale dans la région de Lucques.** Rennes : Association d'Histoire et Sociétés Rurales, 2001.

ZADORA-RIO, Élisabeth. L'archéologie de l'habitat rural et la pesanteur des paradigmes. **Les nouvelles de l'archéologie**, 92 (2003), p. 6-9.

ZUMTHOR, Paul. Le mesure du monde. Representations de l'espace au Moyen age. Paris : Seuil (collection Poétique), 1993.